Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP-Bauru

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.

GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS

CONJUGALIDADES E TRABALHO: DESEMPREGO, VIVÊNCIAS PROFISSIONAIS, VULNERABILIDADES E PROTEÇÃO

BAURU

2023

GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS

CONJUGALIDADES E TRABALHO: DESEMPREGO, VIVÊNCIAS PROFISSIONAIS, VULNERABILIDADES E PROTEÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Orientadores: Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo. Coorientadora: Profa. Dra. Marianne Ramos Feijó.

Bauru
2023

S237c Santos, Giovanna Beatriz dos
Conjugalidades e Trabalho: : Desemprego, vivências profissionais, vulnerabilidades e proteção / Giovanna Beatriz dos Santos. -- Bauru, 2023 124 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientador: Mário Lázaro Camargo
Coorientadora: Marianne Ramos Feijó

1. Trabalho. 2. Desemprego. 3. Conjugalidades. 4. Pensamento Sistêmico Complexo. I. Título.

REGISTRO DO IMPACTO ESPERADO NA SOCIEDADE

A pesquisa impacta positivamente a sociedade no viés sociocultural e científico, pois de alinha aos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas: 3: Saúde e Bem-estar; 5: Igualdade de Gênero; 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico. A pesquisa contribui para prevenção de vulnerabilidades e promoção de defesas individuais, conjugais e familiares.

RECORDING THE EXPECTED IMPACT ON SOCIETY

The research positively impacts society from a sociocultural and scientific perspective, as it aligns with the following Sustainable Development Goals, from the United Nations 2030 Agenda: 3: Health and Well-being; 5: Gender Equality; 8: Decent Work and Economic Growth. The research contributes to preventing vulnerabilities and promoting individual, marital and family defenses.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2023, às 10:00 horas, no(a) Google Meet, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS, intitulada **Conjugalidades e trabalho: desemprego, vivências profissionais e outros fatores de vulnerabilidade e proteção**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Prof. Dr. MARIO LAZARO CAMARGO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências Unesp Campus de Bauru, Profa. Dra. ANA LÚCIA DE MORAES HORTA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Saúde Coletiva / Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Prof. Dr. SANDRO CARAMASCHI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências Unesp Campus de Bauru. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADA**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
MARIO LAZARO CAMARGO
Data: 07/11/2023 09:06:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. MARIO LAZARO CAMARGO

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.”

SUMÁRIO

1

Lista de abreviaturas e siglas 9

Resumo 10

Abstract 12

1. Apresentação 14

2. Introdução Geral 177

3. Objetivo Geral 388

3.1. Objetivos Específicos 388

4. Referencial Teórico 388

5. Método 422

5.1. Delineamento de Pesquisa 422

5.2. Participantes, critérios de inclusão e exclusão 455

5.3. Aspectos Éticos 466

5.4. Coleta e Análise de dados 477

6. Estudo 1 499

6.1. Resumo 499

6.2. Abstract 50

6.3. Introdução 511

6.4. Método 544

6.5. Resultados e discussões 555

6.6. Considerações Parciais – Estudo 1 70

6.7. Referências 733

7. Estudo 2 777

7.1. Narrativas das conjugalidades 80

7.2. Divisão das responsabilidades 833

7.3. Trabalho 911

7.4. Desemprego 944

7.5. Equilíbrio trabalho, família, lazer e conjugalidades 977

7.6 Considerações Parciais – Estudo 2 1022

8. Considerações Finais 1044

9. Referências 1085

10. Anexos 11313

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
COVID-19: *Corona Vírus Desease*
OMS: Organização Mundial de Saúde
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
POT: Psicologia Organizacional e do Trabalho
AC: Análise de Conteúdo
APA: American Psychological Association

RESUMO

A presente pesquisa propõe o estudo de três aspetos sobre a vida humana e suas relações, a saber: o trabalho, o desemprego e as conjugalidades. Tendo em vista a complexidade do sujeito contemporâneo, a vivência conjugal recebe a influência de aspectos culturais, econômicos, políticos e históricos interconectados entre si e com outras dimensões de sua vida. Pautado no pensamento sistêmico complexo, do autor Edgar Morin, foram abordadas as relações entre trabalho, o fenômeno do desemprego e seus reflexos sobre as vivências das conjugalidades. Para tanto, adotamos dois eixos de investigação. Em um primeiro momento, foi realizado um estudo bibliográfico na literatura nacional e internacional (publicações em línguas inglesa e espanhola), sobre trabalho, desemprego e conjugalidades, lançando mão de materiais como: livros, teses, dissertações e artigos científicos (Estudo 1). O segundo eixo implicou na realização de entrevistas, por meio de roteiros semiestruturados, com casais (oficialmente casados ou em união estável) assim compostos: grupo 1 – cinco casais com os dois cônjuges empregados; grupo 2 – cinco casais com pelo menos um dos cônjuges em situação de desemprego. Para o procedimento de tratamento dos dados, nos utilizamos da técnica de análise de conteúdo, sendo que o referencial teórico aplicado à análise foi o pensamento sistêmico-complexo. Como resultados, no estudo 1 ficou clara a inter-relação que existe entre os temas trabalho, desemprego e conjugalidades, e que o sujeito não pode ser olhado de forma fragmentada, sendo necessário olhar para os contextos macrossociais, algo que é comprovado pelo estudo 2, que teve como produto valiosos relatos que são muito coerentes com o conteúdo do estudo 1. Uma outra constatação importante deste trabalho foi a grande influência das questões de gênero na presente discussão. A realização da pesquisa se justificou pela percebida necessidade de um olhar científico sobre as temáticas apresentadas,

considerando o micro e o macrossocial e não perdendo de vista os aspectos culturais, políticos, históricos e psicológicos envolvidos nos processos.

Palavras-chave: Conjugalidades. Trabalho. Desemprego. Pensamento sistêmico complexo.

ABSTRACT

This research proposes the study of three aspects of human life and its relationships, namely: work, unemployment and marital relationships. Considering the complexity of the contemporary subject, the marital experience is influenced by cultural, economic, political and historical aspects interconnected with each other and with other dimensions of their life. Based on complex systemic thinking, of the author Edgar Morin, the relationships between work, the phenomenon of unemployment and their impact on marital experiences were addressed, considering their historical, sociological and psychic dimensions. To this end, we adopted two axes of investigation. Initially, a bibliographic study was carried out in national and international literature (publications in English and Spanish), on work, unemployment and marital relations, using materials such as: books, theses, dissertations and scientific articles (Study 1). The second axis involved conducting interviews, using semi-structured scripts, with couples (officially married or in common-law marriage) as follows: group 1 – five couples with both spouses employed; group 2 – five couples with at least one of the spouses unemployed. For the data processing procedure, we used the content analysis technique, and the theoretical framework applied to the analysis was systemic complex thinking. As a results, in first study it became clear the interrelationship that exists between the themes of work, unemployment and marital relations, and that the subject cannot be seen at in a fragmented way, making it necessary to look at macrosocial contexts, something that is proven by study 2 , which produced valuable reports that are very coherent with the content of study 1. Another important finding of this work was the giant influence of gender issues in the present discussion. Carrying out the research was justified by the perceived need for a scientific look at the themes

presented, considering the micro and macrosocial aspects and not losing sight of the cultural, political, historical and psychological aspects involved in the processes.

Keywords: Conjugalities. Work. Unemployment. Systemic-complex thinking.

1. Apresentação

Iniciei a graduação em psicologia no ano de 2016, sem conhecimento na área da pesquisa acadêmica. O meu encantamento e interesse pela psicologia, primordialmente, era somente pela área clínica, encantamento este que carrego até hoje, exercendo a profissão há quase 3 anos. Durante a graduação, porém, cultivei o interesse pela pesquisa, que nasceu do desejo de ter uma voz dentro da profissão. Nos estágios curriculares, especialmente o estágio de psicologia social, que foi uma vivência muito importante para a minha formação como profissional, pude observar, em contato com alunos de uma escola pública da cidade, a importância do contexto macrossocial para compreender a constituição do sujeito. Em contato com tantas pautas sociais e diante da necessidade de ter uma voz dentro dos temas que encontrei nas pesquisas em ciências humanas, decidi fazer uma iniciação científica, com o genuíno e simples desejo de aprender a fazer pesquisa. Nesse primeiro momento, decidi realizar uma pesquisa com enfoque psicanalítico. Realizei, então, uma pesquisa sobre dermatoses, em especial a Alopécia Areata, e sua relação com o modo de sofrer do sujeito. A psicanálise é a abordagem que escolhi não somente para analisar essa pesquisa de iniciação científica, mas para trilhar a profissão de psicóloga clínica, e consiste em uma das minhas paixões profissionais. O meu interesse pelo mestrado acadêmico surgiu justamente da realização da iniciação científica. O contato com as participantes portadoras daquela dermatose me mobilizou muito como profissional, pois pude transformar o relato que, cuidadosamente compartilharam com uma jovem pesquisadora, em ciência. Escrever por um referencial teórico psicanalítico também me preencheu muito como profissional e como pesquisadora. A realização da iniciação

científica, portanto, foi muito gratificante e realizadora para mim. A partir dessa vivência, decidi que gostaria de fazer um mestrado acadêmico.

Além da psicanálise e da psicodermatologia, eixos que direcionaram a minha iniciação científica, eu tinha outros fortes interesses para pesquisa. Acredito que os temas e caminhos que adotamos em pesquisa é um reflexo de nossas paixões profissionais, e um de meus interesses na área sempre foi a psicologia de casais e famílias. Durante a graduação tive um pouco de contato com a psicologia sistêmica, e sempre gostei muito do casamento entre a psicologia de casais e famílias com o pensamento sistêmico. No último ano da faculdade, participei de um grupo de estudos sobre a psicologia sistêmica, e um dos alunos lá presente era aluno do Programa de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Unesp e contou sua experiência, pela qual muito me interessei. Estudei e pesquisei sobre a psicologia do desenvolvimento, e vi o quanto seria valioso estudar o tema de casais e famílias com um enfoque sobre o desenvolvimento. A partir de então, me preparei e ingressei no programa logo no ano seguinte.

Ao redigir o meu projeto de pesquisa e em contato com o Mário, orientador do presente trabalho, surgiu a oportunidade de somar os temas que eu gostaria de estudar (psicologia de casais e famílias e o pensamento sistêmico) com a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Me alegrou e me preencheu muito poder construir um trabalho com temas tão relevantes, e fiquei muito empolgada para me desenvolver como pesquisadora, como profissional e como ser humano, pois sabia que para versar sobre esses temas, e, mais importante, uni-los, o trabalho teria de envolver muita criticidade e complexidade.

Além da pesquisa, a experiência de cursar o mestrado me brilhou os olhos para a área docente, principalmente por conta da importância e da responsabilidade (árdua,

mas muito bonita) que é passar adiante o conhecimento. Motivada por isso, realizei o estágio docência em POT. A vivência do estágio docência foi bastante positiva, e, por isso, pretendo ingressar na área docente após o término do mestrado.

Em relação à publicações, durante o mestrado, apresentamos o projeto de pesquisa para o 6º Congresso Brasileiro Ciência e Profissão. A parte da dissertação correspondente ao Estudo 1 foi submetida à revista científica Pensando Famílias. Em uma das disciplinas cursadas durante o mestrado, foi desenvolvido, junto com outros colegas, um artigo sobre a Síndrome de Burnout em psicólogos, artigo este que está sendo formatado para submissão à revista. Existe o desejo e a intenção de levar o trabalho correspondente ao Estudo 2, que será desenvolvido para a defesa, à publicação.

Concluo dizendo que o meu desejo de ter uma voz dentro da psicologia e dos temas que me mobilizam continua sendo combustível para permanecer na pesquisa e buscar conhecimento. O meu trabalho, tanto na psicologia clínica, quanto na academia, traça a minha identidade, e, como um dos participantes dessa pesquisa muito bem colocou, “me permite ser quem sou”.

2. Introdução Geral

O trabalho será aqui discutido conforme seu significado na sociedade ocidental, ou seja, como importante meio de realização, de socialização, de desenvolvimento e de acesso a bens e direitos. Tendo isto em vista, aqui trata-se do trabalho quando ele representa um fator de proteção para o indivíduo, e não quando é realizado em condições precárias, já que a autorrealização é algo que pode ser proporcionado pelo trabalho, mas nem sempre este é vivido de maneira positiva (BLANCH, 2003).

O trabalho pode ser definido como uma atividade útil do ponto de vista social, que carece de competências e técnicas para que seja executado. O conceito de trabalho é permeado por diversas controvérsias, pois abarca diferentes pontos de vista e é um conceito multifacetado que contém um papel essencial na construção da identidade do sujeito humano, tanto individual como socialmente. De acordo com essa perspectiva, trabalhar vai além de produzir algo, é também construir-se e transformarse, dimensão que mobiliza subjetivamente, e na qual o sujeito não é passivo, e sim ativo, ficando claro que o trabalho impacta diretamente na saúde de quem o pratica. Poder produzir algo que incorpore valor e para isto utilizar das competências do trabalhador define o ato de trabalhar, que pode fortalecer e construir a identidade do sujeito, servindo como um fator de proteção para a saúde mental (AEROSA, 2019).

O conceito de trabalho gira em torno de uma atividade profissional, que, independentemente de ser remunerada ou não, criativa ou produtiva, se origina em sua historicidade, de acordo com a cultura vigente no momento. (NEVES et al., 2018).

Trabalhar, segundo Mandelbaum e Ribeiro (2017, p. 9), “é uma atividade humana concebida como produtora de riqueza, criadora do mundo e da cultura, povoadora do imaginário sobre si e sobre os outros e estimuladora da convivência social”.

O trabalho tem suma importância na formação da subjetividade humana, bem como na construção da sociedade, e é definido como uma atividade polissêmica que exige diferentes olhares e perspectivas para o seu entendimento. Além disso, o trabalho nos difere enquanto seres humanos por sua natureza consciente e reflexiva, também por seus aspectos morais. Os autores Neves et al. (2018) discutem ideias de Marx (1983) para refletir a natureza do trabalho, atividade por meio da qual os homens podem atribuir significado à natureza e à vida, algo que não é possível a nenhum outro animal. Podemos, inclusive, transformar o trabalho e ser transformado por ele, de acordo com nossas necessidades.

É importante diferenciarmos trabalho de emprego. Emprego é uma categoria de trabalho institucionalizado, normalmente estabelecida por meio de contrato, regrada e remunerada conforme suas regras ou, eventualmente, leis trabalhistas existentes; já o trabalho constitui uma ocupação relevante para a construção subjetiva e social dos sujeitos, sendo que o emprego não é a única forma de trabalho, ou de se inserir no mundo do trabalho, visto que existem outros trabalhos que não prescindem do vínculo empregatício enquanto assalariado, como por exemplo ter um próprio negócio (MALDELBAUM; RIBEIRO, 2017).

Diferente do trabalho, o emprego pressupõe uma forma específica de atividade na qual ocorre remuneração e regulação por meio de um acordo jurídico contratual (BORGES; YAMAMOTO, 2014). O emprego pode trazer o senso de independência e identidade ao indivíduo, e o medo de ser destituído deste, pode impactar negativamente sobre sua autoestima, sentimento de independência, segurança, bem

como gerar estresse, influenciando até mesmo nas relações sociais do indivíduo, como por exemplo na família e conjugalidade (NEVES et al., 2018).

Segundo Neves et al. (2018), o trabalho tem grande importância na socialização dos sujeitos pois as tarefas executadas em seu contexto têm uma representação social para esse indivíduo, que reflete algum nível de reconhecimento e gera uma certa sensação de pertencimento àquele grupo, organização ou comunidade no sentido de sentir que seu trabalho é importante para a manutenção daquela sociedade. Antunes (2000) complexifica essa ideia, dizendo que uma vida dotada de sentido é compatível com uma vida no trabalho que contenha sentido, pois se o trabalho não está agregando sentido na vida do sujeito, pode prejudicar a vida social fora do trabalho, já que o trabalho deve ser libertador e emancipatório.

O sujeito que perde seu emprego pode passar por uma dessocialização, sofrendo impactos em sua identidade e gerando sentimentos de exclusão. Perder o emprego pode gerar também angústias advindas do medo de não conseguir manterse em termos de condições básicas de vida, e de sua família (DEJOURS, 1999). Considera-se a partir dessa ideia, que a perda do emprego pode impactar na vivência familiar do indivíduo e gerar sentimento de perda da própria independência e autonomia, já que o emprego, em condições de estabilidade, pode permitir que o sujeito se sinta autor de sua própria trajetória, através das conquistas que são produtos de seu trabalho. Pensando desse ponto de vista, e considerando o valor e a centralidade do trabalho para a vida do ser humano na atualidade, a sensação de perder o controle de sua própria vida pode ser experimentada por aqueles que perdem seus empregos (SENNETT, 2009).

Tendo em vista a importância do trabalho para as sociedades ocidentais modernas, interpreta-se que o trabalho pode ser um aspecto protetivo na vida do

sujeito. Fator de proteção, segundo Sapienza e Pedromônico (2005), consiste em recursos pessoais ou sociais que podem fazer com que o sujeito encare de forma mais resiliente as suas adversidades, reduzindo o impacto dos fatores de risco enfrentados. Considerando que hoje, para a maioria das pessoas, o emprego é fator definidor de identidade e integração de um indivíduo à comunidade (JOB; ALMEIDA, 2003), podese dizer que estar empregado é um fator de proteção para o sujeito.

Pode-se postular, portanto, que o trabalho é essencial para os sujeitos, sua identidade, seu senso de independência, autonomia e o seu processo de socialização (MANDELBAUM; RIBEIRO, 2017). Tais dimensões sofrem influência de aspectos históricos, sociais, políticos e culturais. Por isso, é importante não deixar de contextualizar esses aspectos.

O contexto econômico atual é definido como de consolidação do capitalismo, que por sua vez exerce influências nas relações entre os sujeitos e, consequentemente, em seu ambiente laboral, de inserção social, organizacional e familiar. A consolidação do capitalismo, ao fim do século XVIII, gerou profundas transformações no trabalho, visto que a partir desse marco, as pessoas tornam-se livres para vender sua força de trabalho, embora essa liberdade tenha se revelado limitada, pois se estabeleceu também a dominação do capitalismo sobre a mão de obra (GOULART, 2002). Essa forma de trabalho baseada no capitalismo já era criticada em concepções marxistas, especialmente em função do caráter alienante, monótono, repetitivo e exploratório do trabalho (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Existem faces controversas sobre o trabalho na era capitalista, ou seja, uma contradição no sentido do trabalho, pois ao mesmo tempo que, atualmente, o trabalho pode ter a função de emancipar e autorrealizar o sujeito, pode, por vezes, escravizálo,

pois o trabalho é também uma forma de controle social (BERNAL, 2010) e fonte de adoecimento quando realizado em condição precária (CARDOSO; FEIJÓ; CAMARGO, 2018).

O mundo do trabalho atual, no qual prevalece a ética individualista e competitiva, bem como a presença do medo e da ameaça de perder o emprego, que faz com que muitos trabalhadores se submetam às condições de trabalho (ANTUNES, 2000). Essa questão nos permite ainda discutir o fato de que o modo como o sujeito de relaciona com o mundo do trabalho (se empregado ou se patrão, por exemplo) é relativo à classe econômica em que se encontra o sujeito, pois muitos acumulam bens, e outra parte da sociedade apenas sobrevive (ANTUNES, 2000; NEVES et al., 2018).

As empresas contemporâneas têm adotado políticas neoliberais e gerencialistas, que tende a excluir o que não é lucrativo, gerando diversas mudanças no mercado de trabalho, como terceirização, competitividade, vínculos informais de trabalho, e outros fenômenos que geram precarização do trabalho, desvalorização das relações nele embutidas e aumento do desemprego. Mudanças como estas podem reduzir ou suprimir o sentido do trabalho para o trabalhador (GAULEJAC, 2007; STANDING, 2013; PEREIRA; MUNIZ; BRITO, 2009).

Blanch (2003) retoma, em Marx (1983), a ideia do trabalho no modo de produção capitalista, que acaba por reduzir o fator humano para otimizar o processo de produção, distanciando o trabalho do sujeito que o executa, ou seja, nesse modelo, as necessidades subjetivas do sujeito podem ficar em segundo plano para ceder lugar à lucratividade e aos interesses da empresa ou estabelecimento em que ocorre o trabalho.

A estética do consumo vislumbrada atualmente significa que a satisfação imediata passou a ser demandada, por conta da individualização. Ao passo que antes,

o colhimento dos frutos do trabalho era projetado para o futuro, hoje, o tempo presente se torna permanente, configurando uma mudança paradigmática no campo do trabalho. A gestão no trabalho, hoje, segue uma lógica hiperindividualista, pois o outro pode ser percebido como inimigo diante da intensa competitividade, repercutindo na dissolução da solidariedade entre os indivíduos (NARDI, 2010).

O desemprego constitui uma das dimensões às quais se propõe estudar nesse trabalho, e, por isso, nos debrucemos agora em defini-lo. Em uma lógica normativainstitucional, desemprego pode se definir enquanto um fenômeno estrutural da economia, segundo Demaziére (2006), trazida por Maldelbaum e Ribeiro (2017), em seu estudo acerca do tema. Desemprego, para a autora, seria nessa perspectiva uma privação do emprego, interrompendo a vida no trabalho. O desemprego, quando olhado por uma perspectiva biográfica-subjetiva, é uma condição que gera invisibilidade social, contendo uma representação social e uma identidade sobre o desempregado, com a ideia de que estando nessa condição involuntária de ausência de trabalho, fica impedido de – ou pelo menos muito limitado para – agir sobre o mundo.

Outra definição possível de desemprego é uma situação vivida pelo sujeito de que no momento encontra-se sem emprego de forma não intencional, e que depende de algum auxílio econômico para se manter. De maneira histórica, trabalhar para alguém ou para uma instituição/empresa e ser assalariado passou a ser algo desejado e buscado pelas pessoas, por isso, hoje, estar desempregado pode ser interpretado como um problema individual, trazendo possivelmente um sentimento de culpa e vergonha, não levando-se em conta que é um problema mais amplo e complexo, ou seja, também político, social e econômico (MALDELBAUM; RIBEIRO, 2017).

O desemprego é uma situação preocupante de vulnerabilidade psicossocial, pois reduz a oportunidade de estabelecer vínculos e redes sociais, diminuindo os espaços de intersubjetividade. O fenômeno do desemprego tem sido visto como temporário para os trabalhadores empregados, que provavelmente foi gerado por uma disfunção pontual no mercado de trabalho (MALDELBAUM; RIBEIRO, 2017).

Maldelbaum e Ribeiro (2017) discutem tal fenômeno com a colaboração de Castel (2009) ao apontar expressões da vivência do não-trabalho. Uma delas é a questão do sentimento de solidão, no qual o sujeito se sente impedido de reagir, acreditando que não há o que ser feito. Há, portando, uma desesperança envolvida na privação do trabalho, gerando certa fragilidade nos vínculos do sujeito, que é advinda da falta de recursos financeiros. A privação do trabalho pode gerar isolamento social, adoecimento físico e mental, bem como transtornos identitários.

Karsten Paul (2005) colabora com o estudo de Maldelbaum e Ribeiro (2017) com a importante pesquisa sobre os impactos da saúde mental advindos do desemprego, atestando com resultados que o desempregado tem o dobro de probabilidade de vivenciar sofrimentos mentais.

Existem vários fatores que podem vir a ser explicações do desemprego, tais como a revolução tecnológica, saturação no mercado formal, questões políticas, como a carência de ações do governo, desqualificação, razões de ordem econômica, ou ainda, razões pessoais do sujeito (MALDELBAUM; RIBEIRO, 2017).

Para melhor compreender o desemprego, propõe-se uma discussão sobre este fenômeno desde a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Brasil. Alguns acontecimentos anteriores à CLT são importantes de serem citadas, tais como a expansão produtiva e maior urbanização possibilitadas pela industrialização, resultando em uma estruturação do mercado nacional de trabalho no que diz respeito

ao emprego assalariado. Tais mudanças fizeram com que a renda por habitante crescesse. Concretizou-se, a partir daí, condições que possibilitaram a expansão da classe trabalhadora que exercia emprego formal, tendo como produto avanços sociais e, consequentemente, econômicos, cedendo espaço aos direitos sociais e trabalhistas. Os acontecimentos citados se situam entre 1930 e 1980. A desigualdade de renda e a exclusão social permaneceram presentes, já que a urbanização se deu de forma precária. O desemprego urbano na época referida era baixo, e observava-se muitas situações informais de trabalho, de modo que esse tipo de trabalho não garante acesso aos direitos trabalhistas e a democratização nas relações de trabalho (POCHMANN, 2016).

O baixo índice de desemprego no período de 1940 a 1980 (variação média anual de desemprego em 0,5%) não se manteve após esse período, aumentando na década de 80 e 90, em resultado de uma crise de dívida externa enfrentada pelo país, impactando negativamente o projeto urbano e industrial e tendo como resultado problemas econômicos no Brasil. Essa situação gerou maior taxa de desemprego entre 1981 e 1983 e mobilizou o implante do seguro-desemprego, em 1986. Foi possível reduzir a taxa novamente em 1984, com a saída da recessão, que ganhou evidência diante da desorganização econômica do país, o elevado desemprego, desigualdade social e inflação. O Brasil, a partir desse momento, se situa distante do mundo desenvolvido. Em 1990, o país adota políticas neoliberais. Foi adotado também nesse período um programa de ajuste econômico, fazendo explodir a taxa de desemprego no Brasil. De 1980 a 2000, a taxa de variação anual de desemprego se situava em 11,9%. Em 2003, foram revertidas as políticas de corte neoliberal, possibilitando a redução da taxa de desemprego, que prosseguiu em queda até 2014, mesmo com a presença de crise global em 2008. A regressão econômica e social foi

em parte recuperada com a evolução da renda por habitante nos anos 2000, junto com o reforço do papel do estado. Foi ampliado, no início dos anos 2000, o gasto social quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), movimento que permitiu gerar renda e emprego, fazendo com que a taxa de variação anual de desemprego se modificasse para -3,2% no intervalo entre os anos 2000 e 2010 (POCHMANN, 2016).

A crise global citada, ocorrida a partir de 2008, continua a impactar o cenário econômico, porém, apesar disso, a taxa de desemprego estava decrescente entre os anos de 2004 e 2014. A partir de 2014, todavia, foram adotadas políticas de ajuste econômico, fazendo com que o desemprego voltasse a estar em alta. Voltando-se para o cenário recente, o desemprego no Brasil continua crescente, devido à recessão da economia nacional.

Uma consideração importante a respeito da trajetória do desemprego é que este não é homogêneo. O aumento do desemprego em 2015, por exemplo, foi maior para as mulheres do que para os homens (POCHMANN, 2016). No início de 2012, a taxa de desemprego estava situada em 7,9%, experimentando uma queda no final do ano, porém uma retomada em 8% em 2013. De 2014 a 2017, a taxa foi crescente, de modo que em 2014 se situava em 6,5%, em 2015, 7,9%, e em 2016 atingindo o marco de 10,9%. No ano de 2017 a taxa de desemprego chega a 13,7%, experimentando uma queda no início de 2018, que não se manteve, e veio a aumentar no mesmo ano. Em 2019, período que antecedeu a pandemia do novo Coronavírus, o ano se iniciou em 12,7% e fechou em 11%, porém com o período pandêmico, a taxa de desemprego explode, crescendo durante o ano de 2020 e chegando a 14,7% no período atual, março de 2021 (IBGE, 2021)

Considerando o histórico brasileiro em relação ao desemprego, é relevante resgatar o termo “desalentado”. Desalento, por definição, significa perder o alento,

desanimar-se. O desalentado é aquele sujeito que desistiu de procurar emprego por alguma razão, por exemplo, por acreditar que não se encaixa em uma idade adequada, ser jovem ou idoso demais, ou pela crença de que não conseguiria emprego nas atuais circunstâncias econômicas. Outras razões para não buscar mais o emprego é acreditar que já está desempregado há muito tempo, ou que não possui qualificação suficiente, ou, ainda, por já não ter mais condições econômicas para investir no processo de busca por emprego (gastos com transporte, com impressão de currículos, participação em entrevistas etc.). A estatística de desalentados reflete o cenário econômico e político do país, no qual a obtenção de empregos pode se apresentar com baixa probabilidade. O número de desalentados, em 2018, chegou a 4,3 milhões de pessoas, segundo o IBGE, demonstrando um aumento em relação a 2017, ano no qual 4 milhões de pessoas estavam em situação de desalento. Nos maiores índices, estavam os jovens de 18 a 24 anos, e aqueles que possuíam graus de instrução menores (LUCENA, 2019).

Faz-se necessário contextualizar também o momento atual quanto ao desemprego. A pandemia por COVID-19 trouxe grandes impactos para o mundo do trabalho, sendo que as medidas de isolamento social afetaram 81% dos trabalhadores, em nível mundial. Com os altos impactos financeiros resultantes da pandemia no Brasil, mediante à dependência e ineficiência de recursos de saúde para atender à população infectada com o vírus, o orçamento do sistema de saúde veio ao caos. Diante da crise sanitária, os trabalhadores que vivem do trabalho informal ficaram desprotegidos, e aqueles que passaram a viver na informalidade diante do alto índice de desemprego gerado pela pandemia. A taxa de trabalho informal, que em 2017 já se encontrava em 40,8%, durante a pandemia aumentou. A pandemia trouxe uma precarização do trabalho, bem como o rebaixamento exacerbado do salário e a perda

dos direitos pelos trabalhadores (COSTA, 2020). Em 2020, estimouse que 70% dos desligamentos teriam sido efetuados nos setores informais. As características do desemprego causado pela pandemia diferem do desemprego anterior no que diz respeito às classes econômicas atingidas, já que, na pandemia, a taxa de desemprego foi observada também nas camadas econômicas de classes médias. Além disso, a taxa de desemprego identificada em 9,6% não abarcou totalmente o número de desligamentos, pois existe um desemprego disfarçado pelo isolamento social, e, após apuração dos dados, chegou-se a uma estimativa de 21,7% (BARBOSA; PRATES, 2020).

Passar por uma experiência de desemprego, como foi discutido acima, pode significar muitos prejuízos na saúde física e mental dos sujeitos. Quando uma pessoa está desempregada, suas relações sociais também são afetadas, e uma dessas relações é a conjugalidade, a terceira dimensão que compõe os objetos de estudo dessa pesquisa.

Propõe-se, agora, traçar um delineamento a respeito da conjugalidade, ou como aqui estamos a denominar "conjugalidades", em função de sua complexidade e para, especialmente, escapar da histórica tendência de se referir ao tema a partir do paradigma hegemônico da heterossexualidade. Assim, o conceito de "conjugalidades" a ser desenvolvido tratará do próprio fenômeno, independentemente de se referir a casais homossexuais, heterossexuais ou outras configurações relacionais possíves.

Os autores Cenci, Pauli e Folle (2018), resgatando o estudo de Cheng, Yeoh e Zhang (2015) e de Johnson (2017), definem a conjugalidade como um conceito social, que pode se modificar de acordo com a cultura e contexto, bem como mudanças sociais. Foi também destacado, no estudo de Walsh (2016), que a união de casais ocorre pelo planejamento de uma vida em comum. As mudanças culturais e

econômicas, segundo os autores, são fatores que influenciam na discussão da conjugalidade, justificando a importância da integração desses fatores na escrita do presente trabalho.

Almeida e Romagnoli (2019) constroem um conceito de conjugalidade a partir da noção de comunidade. Para eles, a vida conjugal é uma dimensão comunitária por ser uma vivência conjunta e compartilhada, uma responsabilidade recíproca. Nessa perspectiva, a conjugalidade seria um projeto de vida em comum que prescinde de uma abertura do outro enquanto um movimento de amor, bem como um conjunto de vivências do "nós" que não exclui a identidade pessoal, o que significa dizer que o "nós" conserva também as vivências pessoais de cada cônjuge.

O estudo de Borges et al. (2014) é trazido como contribuição ao estudo de Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2016) ao destacar que a finalidade da vida em casal não mais se situa na manutenção do núcleo familiar, mas sim a busca pela satisfação afetiva, amorosa e sexual.

Para os autores Almeida e Romagnoli (2019, p. 8), "a conjugalidade se traduz como uma aliança fundada num compromisso ético que sustentará um projeto de vida comum compartilhado". O vínculo conjugal traz a diferenciação que consiste em um vínculo também sexual. Um aspecto muito importante das relações conjugais é a necessidade da empatia, já que é um espaço intersubjetivo que deve ser orientado pela reciprocidade, sendo que ambos possuem a responsabilidade da abertura perante o outro, que não deve ser uma imposição, mas sim resultado de uma escolha livre e autêntica. Os autores da pesquisa contam com a colaboração de Almeida (2016) no entendimento de que essa relação intersubjetiva é também um espaço de auto-desenvolvimento, uma continuação do processo de desenvolvimento no contexto familiar, que é o primeiro espaço de construção do sujeito. O estudo traz, ainda, que

no envolvimento conjugal deve existir o desejo do bem-estar do parceiro, aceitando sua singularidade e acolhendo-o, fazendo com que haja o sentimento de pertencimento de ambos àquele conjunto. A presença do amor nessa abertura é essencial, pois na construção do “nós”, o outro deve ser valorizado enquanto sujeito singular, necessitando para isso a alteridade.

Outros estudos também compartilham dessa visão a respeito da conjugalidade sendo espaço de crescimento individual. Scribel et al. (2007) são citados pelos autores Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2016) ao destacar que a relação amorosa proporciona uma oportunidade de crescimento também pessoal, levando ambos os parceiros à autonomia, que, ao compartilharem uma rotina e levarem padrões interacionais de cada um, originarão um novo padrão.

Os mesmos autores tratam a conjugalidade enquanto comunidade, sendo assim, deve ser espaço para o desenvolvimento da identidade pessoal, fenômeno que só pode ocorrer mediante o bom funcionamento da comunidade, e na conjugalidade não seria diferente. A conjugalidade, no estudo citado, é tratada como ética pelo ponto de vista que considera a responsabilidade do outro direcionada a não minar a singularidade do outro, necessitando de uma constante autoavaliação e negociação. A presença do amor, da atração sexual e o respeito à individualidade e autonomia são elementos importantes para o relacionamento conjugal (ALMEIDA; ROMAGNOLI, 2019)

Pode-se destacar, ainda, do estudo de Almeida e Romagnoli (2019), que a comunidade é um espaço para a autoconfiguração, por isso, a conjugalidade, para além de características próprias do casal, pode ter-se espelhado na conjugalidade exercida pelos pais e familiares, bem como a sua própria conjugalidade poderá nutrir a vida dos filhos enquanto modelo e referencial. O modo de “ser casal” é influenciado

por modelos de casais com os quais conviveu o casal, tais como o casal parental ou casais observados dentro da família. Portanto, há padrões socioculturais envolvidos na forma de se viver a conjugalidade, baseado em uma identificação com a herança familiar e social.

É importante destacar que a definição e a vivência da conjugalidade é diferente para cada época e cultura, por isso, leva-se em conta sua historicidade. Desde o Brasil colônia, conceitos como amor e casamento se modificaram através da idade média, idade moderna e contemporaneidade, sofrendo influências de fenômenos como o renascimento, iluminismo e inúmeros acontecimentos que envolvem aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. O cenário primeiro do amor e do casamento era permeado por interesses econômicos e manutenção de hierarquia, por exemplo (DEL PRIORE, 2006).

As diversas mudanças de paradigmas que foram ocorrendo levaram aos moldes atuais, nos quais o afeto e o amor são elementos essenciais para o relacionamento conjugal, foi muito influenciada pela emancipação das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho (FALCKE; ZORDAN, 2010; IAFRATE et al., 2012; Stanley et al., 2012, citados por ALVES-SILVA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2016). Os autores Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2016) resgataram ideias de Amorim e Stengel (2014) para compor seu estudo, de modo a destacar que os casais contemporâneos combinam valores e elementos de época remota, com os elementos contemporâneos, de modo a preservar alguns valores, mas em outros aspectos, quebrar estereótipos.

As principais mudanças observadas na conjugalidade em termos de aspectos histórico-sociais envolvem uma pluralidade de modelos de conjugalidade, destacando a não mais obrigatoriedade de formalizar uma união, bem como a facilidade de se

conduzir um processo de divórcio. Como já citada, a emancipação das mulheres é essencial para esta discussão, visto que hoje os direitos entre os cônjuges são garantidos, diferente do período anterior da história do casamento enquanto instituição, que prevalecia a supremacia dos homens. Hoje a escolha dos parceiros é permitida, podendo ser feita através de critérios de afeto e compatibilidade (MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2003). O fato de o casamento ter perdido o caráter compulsório e ganhando o caráter optativo muito alterou o cenário dos relacionamentos. Pôde-se observar, por exemplo, uma queda na taxa de nupcialidade e o adiamento do nascimento do primeiro filho, bem como a questão da coabitação e aumento das uniões estáveis (ALVES-SILVA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2016).

Ao fazer referência à conjugalidade, é necessário destacar que a história de construção desse fenômeno ocorreu em meio a uma naturalização dos papéis vistos como feminino e masculino, na qual prevaleceu o patriarcado, que modelou a conjugalidade colocando a mulher em um lugar de submissão e de responsável por funções relacionadas ao cuidado (SILVA, 2017). Propõe-se nesse momento uma reflexão a respeito dos papeis de gênero e sua influência na conjugalidade. Gênero é definido por Diniz e Féres-Carneiro (2012) como “código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres” (p. 102), incluindo padrões e expectativas com relações aos papéis desempenhados por cada gênero, tais como para a mulher, esperava-se que fosse responsável pelos afazeres domésticos e aos homens, como salientado pelo estudo de Silva (2017), um papel relativo às funções produtivas enquanto detentor da autoridade. Atualmente, observa-se uma diminuição das assimetrias de gênero, segundo a pesquisa de Borges et al. (2014). Hoje, o pensamento predominante é o de que “homens e mulheres podem oferecer e receber

na mesma proporção" (BARCELLOS, 2012, p. 20). Porém, nem sempre isto prevaleceu, sendo que a assimetria entre os papéis de gênero, tais como o patriarcado e o machismo, já foram palco de discussão enquanto ponto de partida para relações conjugais abusivas

Sobre a questão dos papéis de gênero, que muito influenciam a vivência da conjugalidade, a mulher e sua relação com o trabalho é um fenômeno que gerou uma mudança de paradigma. Pedrosa (2020) traz ideias de Simone de Beauvoir, e coloca que a desigualdade para as mulheres ocorreu por obstáculos e normas estruturais, e tem como fator intensificador o fato de que as mulheres estiveram ligadas aos homens por questões econômicas e de condição social. Aceitar os valores masculinos como hegemônicos e não mais ser conivente com a situação de obediência foi um grande desafio para as mulheres. O trabalho era uma dimensão pertencente somente aos homens. A história de conquista das mulheres no mercado do trabalho foi causando uma quebra de assimetria de gêneros e estereótipos, fatores impactantes na conjugalidade.

O trabalho da mulher não era reconhecido como o dos homens, pois era visto como um trabalho reprodutivo (trabalho voltado para funções de cuidado, como limpeza, cuidar dos filhos e outros afazeres domésticos). O trabalho reprodutivo não era reconhecido como um trabalho, pois era visto como obrigação da mulher. A função de procriadora era associada a uma função essencialmente feminina, fato este que acabava por reduzir e limitar historicamente a mulher, vista como frágil e carente de cuidado e proteção, o que a impedia de ser reconhecida em suas potencialidades e a colocava em uma posição de submissão. Quem exercia esse papel de proteção em relação às mulheres eram os homens, que eram os responsáveis por desempenhar o trabalho produtivo (funções que se relacionam à produção econômica e social, à ação

provedora da família), vistos, por isso, como detentores de autoridade. Essa dinâmica gerava sexismo e opressão feminina (COSTA; 2004; SILVA; BRANCHETTE, 2017; CARBONI, 2009), pois o trabalho destinado à mulher, ou seja, o reprodutivo, era desvalorizado socialmente, por não aderir à maximização do lucro em um nível político e capitalista (COSTA et al., 2004).

A participação da mulher no mundo do trabalho, começou a mudar no início da era industrial, pois o trabalho da mulher passa a ser explorado pela sociedade capitalista, porém isso ainda não foi marco de evolução, já que o trabalho feminino era exploratório, considerava-se uma mão de obra barata. Após a Segunda Guerra Mundial, segundo Carboni (2009), as mulheres que antes ficavam em suas casas e dependiam de seus maridos, de repente passaram a sair de casa para trabalhar, muitas com seus esposos mutilados como veteranos de guerra e outras viúvas, com isso, se tornaram a fonte de renda do lar, porém, sua mão de obra era vista como barata e eram profundamente exploradas.

Nos anos 1950, as mulheres ainda atuavam sem vínculos empregatícios, com enfoque em serviços domésticos, de costura e agricultura, quase que consoante com essa época surge o livro “O segundo sexo”, da autora feminista Simone de Beauvoir, um marco na luta pela igualdade das mulheres e da consciência da predominância do patriarcado. É o patriarcado que faz com que as mulheres sofram com a desigualdade no mundo do trabalho, sofram também com assédios e importunação sexual em seu ambiente laboral (CARBONI, 2009).

Com os avanços tecnológicos e industriais, na década de 60, o trabalho da mulher é recompensado com baixa remuneração e alto índice de negligência e exploração dos direitos trabalhistas, que na realidade eram quase inexistentes.

Especificamente no Brasil, no ano de 1978 ocorre o “Congresso das mulheres

metalúrgicas", que teve o intuito de intensificar a luta por direitos trabalhistas e a igualdade salarial. Nos anos 2000, se acirra a luta por igualdade de direitos no mercado de trabalho, equidade salarial e as mulheres passam a ocupar cargos de liderança nas organizações (CARBONI, 2009).

De acordo com os estudos acima, os movimentos feministas e a ascensão da mulher no mercado de trabalho trouxeram uma mudança significativa na relação entre mulher e homem, influenciando, portanto, na experiência conjugal.

As visões dos parceiros que compõem um casal, acerca dos papéis de gênero, também se constitui um fator importante para a vivência da conjugalidade.

Considerando que os membros envolvidos na vida conjugal se baseiam em valores, posturas, forma de organizar finanças, tempo, modelos conjugais que tiveram, filosofia de vida e diversos outros fatores para avaliar o que esperam e querem de uma relação conjugal, o trabalho não poderia deixar de influenciar a dinâmica conjugal. Podem existir discordâncias quanto ao âmbito profissional do parceiro(a), e a visão de cada um pode limitar ou então contribuir para o desenvolvimento profissional do outro. Considerando a conjugalidade como um projeto de vida em comum, como discutiu-se mais acima, há de se conciliar ambas as visões dos parceiros acerca do universo do trabalho e da dimensão profissional.

A conjugalidade homossexual é um fenômeno de grande importância nessa discussão, pois reflete a diversidade das formas de se viver a conjugalidade. Quanto à homossexualidade, na idade média, a igreja católica a via como algo que fugia à naturalidade, ou seja, uma "anormalidade" ou forma de pecaminosa de perversão, visão que foi compartilhada pela ciência do Iluminismo, porém mais intelectualizado. Apenas no fim do século XX que o movimento gay começa a ganhar notoriedade, contando com reivindicações de direitos civis e visibilidade social. Transformações

culturais, como mudança de ideais românticos e amorosos, ocorridas a partir da década de sessenta, juntamente com a despatologização da homossexualidade na década de oitenta, foram ponto de partida para tais mudanças de paradigma no campo das conjugalidades. A vida humana é dotada de diversidades, e, independente de orientações sexuais e distinções entre grupos, o que permeia a conjugalidade enquanto fenômeno são as emoções humanas (RODRIGUES; BOECKEL, 2016).

É necessário destacar que o contexto em que se vive a relação conjugal é muito importante para versar sobre esta dimensão. Mais acima, falou-se sobre o cenário cultural e político e sua influência para a vivência do trabalho, como, por exemplo, o fortalecimento do capitalismo. Não apenas as condições de trabalho foram modificadas com a chegada do capitalismo. Também o consumismo que se estabeleceu na era capitalista modificou a forma com que se davam as relações amorosas e conjugais, já que tais relações passaram a se pautar em um modelo mais individualista. Sobre essa questão, Almeida e Romagnoli (2019), trazendo a contribuição do estudo de Almeida e Stengel (2012), comentam que tal individualismo na modernidade exerce influência nas formas de vivenciar a conjugalidade, que agora lida com a busca pelo equilíbrio da demanda individual dentro dessa vida conjunta. A maior demanda pelo espaço individual constitui um exemplo da importância de se resgatar a dimensão cultural na discussão da conjugalidade enquanto fenômeno.

Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2016), citando Norgren et al. (2004), discutem que atualmente há um maior esforço na busca pelo equilíbrio entre a individualidade e conjugalidade, já que a conjugalidade é uma construção conjunta da realidade e no mundo contemporâneo as esferas individuais ganharam maior peso.

O entrelaçamento entre o trabalho e as relações amorosas na esfera capitalista é mais bem explicitada por Bauman (2004). Segundo ele, a contemporaneidade traz

um modo “líquido” de se vivenciar os relacionamentos. O autor cria o termo “amor líquido” para se referir à flexibilidade e fragilidade como características primordiais dos relacionamentos contemporâneos. Interpreta-se que líquido é o termo usado por ele, justamente por conta das propriedades flexíveis desse estado de matéria. Nas relações baseadas na cultura de consumo existe velocidade e aceleração, com finalidade de satisfazer desejos de forma rápida, sem precisar esperar. Por isso, o relacionamento duradouro que exige barganha e negociação acaba por caminhar em uma direção oposta. Assim como mercadorias, as relações, dentro da lógica do amor líquido, podem ser trocadas quando não mais satisfazem os desejos do consumidor. O tempo atual se caracteriza pelo imediatismo, disponibilidade instantaneidade, características que também se transferem aos relacionamentos amorosos: as “relações de bolso”, as quais pode-se ter em mãos quando bem se quer. Relações breves e doces, das quais é possível se ter mais controle, por tal brevidade.

A vinda das redes sociais também teve papel crucial nessa mudança no modo de se viver os relacionamentos, qualquer seja a sua natureza. O mundo virtual troca de papel com o presencial, se tornando a própria realidade, vista como vantajosa. Isto porque a proximidade virtual não exige a aquisição e a prática de algumas habilidades comunicativas que o não-virtual exige, sem contar que, hoje, pode-se facilmente excluir ou deletar alguém de suas redes, sem precisar tecer uma conversa ou justificativa para tal.

Hoje persegue-se a promessa da satisfação mediante produtos e parceiros amorosos, pensando-se sobre a vantagem de ficar juntas ou só, seguindo a lógica do investimento (NEVES et al., 2013). A partir dessa afirmação, pode-se postular que a conjugalidade sofre alterações enquanto relacionamento duradouro “até que a morte os separe”, visto que, hoje, segundo citado acima, a lógica do consumismo afeta os

relacionamentos, e o casamento pode nem sempre significar um investimento para toda a vida. O casamento, na contemporaneidade, se preocupa em maior escala com a qualidade conjugal, e isto nem sempre implica em uma relação duradoura (ZORDAN et al., 2009 citado por ALVES-SILVA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2016).

Sobre a produção científica acerca da conjugalidade, Alves-Silva, ScorsoliniComin e Santos (2016) apontam para uma lacuna na discussão sobre a estruturação da conjugalidade diante de todas essas mudanças, fazendo-se necessário ampliar a visão crítica e cientifica que permeia a vivência da conjugalidade na contemporaneidade, considerando as dimensões culturais, sociais, políticas e históricas. Justifica-se tal importância, ainda, mediante ao fato confirmado por estudos internacionais (IAFRATE et al., 2012; STANLEY et al., 2012; O'LEARY et al. 2012), e nacionais (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012) de que os relacionamentos íntimos impactam na saúde física, mental e profissional do sujeito.

Tendo pontuado as definições e feito as devidas contextualizações políticas, históricas, sociais e culturais de cada uma das dimensões aqui estudadas, apresentase em sequência os objetivos deste trabalho que visa responder às seguintes perguntas: Como as relações de trabalho e o desemprego afetam a conjugalidade, segundo participantes? Que fatores pertinentes à relação com o trabalho ou a experiência de desemprego podem ser considerados como protetivos ou de

vulnerabilidade à vivência conjugal?

3. Objetivo Geral

Compreender as relações entre trabalho e conjugalidades, em especial a importância do emprego na relação de casais cujos cônjuges estão empregados e as influências do desemprego em casais com um ou os dois cônjuges desempregados. A partir disto, compreender os fatores de vulnerabilidades e proteção envolvidos nos entrelaçamentos entre trabalho, desemprego e conjugalidades.

3.1. Objetivos Específicos

- Compreender os entrelaçamentos entre trabalho, desemprego e conjugalidades a partir da literatura (Estudo 1 – teórico).
- Compreender a participação da relação com o trabalho e as vivências de desemprego nas conjugalidades (Estudo 2 – empírico).

4. Referencial teórico

O pensamento complexo aplicado à compreensão de fenômenos humanos e sociais, conforme estudos de Edgar Morin, trata da conexão entre relações, processos e contextos que afetam e são afetados pela pessoas a quem desejamos compreender, de forma contínua e recursiva. Nascido em Paris (França), em 1921, Morin estudou filosofia, sociologia e epistemologia e ampliou o conceito sistêmico apresentado por Capra (1987) que já trata da importância da compreensão de aspectos relacionais e de inserção em sistemas, quando observados seres vivos. Morin já escreveu 34 livros, dentre eles, “O Método”, no qual inicia um esboço do que mais tarde se torna o

pensamento complexo. Em tais livros abordou questões sociais, antropológicas, éticas e políticas e é considerado um dos principais filósofos franceses contemporâneos. Hoje, recebe o título de Diretor Emérito de Pesquisa do Centro Nacional Francês para Pesquisa Científica – CNRS (PIMENTA, 2013).

O pensamento simples, ao contrário do complexo, é um pensamento segmentado que muitas vezes apresenta limitações, como é o caso da compreensão do humano e de suas relações. Se o pensamento é simplificado, ignora-se a natureza do próprio conhecimento, que é um conjunto de fenômenos que, por si só, são emaranhados de informações de naturezas e dimensões diversas (MORIN, 2015).

O pensamento complexo não busca a completude, como no pensamento simples. Ele busca articular as variadas dimensões e campos do conhecimento de determinado fenômeno, fugindo do reducionismo. Esse pensamento foi criado para ordenar as ideias dos pesquisadores, para desafiá-los, buscando sempre essa proximidade com a realidade, que é dinâmica, incerta, complexa e envolve intersubjetividade. Complexidade é algo que nos incomoda enquanto estudiosos, nos causa confusão, e esse incômodo é o combustível para procurar uma descrição digna aos fenômenos, preservando e resguardando sua complexidade. Por muito tempo, acreditava-se no meio acadêmico que dever-se-ia derrubar a complexidade e construir um pensamento mais simples, para facilitar a compreensão, mas, na verdade, ao simplificar determinados fenômenos, corre-se o risco de cair numa cegueira, e não em uma elucidação. Morin, em sua jornada filosófica, científica e epistemológica, propõe o desafio de legitimar e resguardar a complexidade de um modo não simplificador, mas ainda assim, elucidativo (MORIN, 2015).

O que o autor quer dizer com “complexo” é aquilo que não se pode reduzir e nem simplificar em uma única ideia, palavra-chave, uma solução. Aliás, a própria

palavra “complexidade” não pode se reduzir ao seu próprio significado. Como o próprio autor coloca, “complexidade é uma palavra-problema e não uma palavrasolução” (MORIN, 2015, p. 6).

O pensamento simplificador não dá conta de resguardar a complexidade dos fenômenos, especialmente os que envolvem seres vivos e em constante interação com o meio, e de retratar de forma fidedigna a realidade e todas as suas partes (MORIN, 2015).

Para colocar em prática o pensamento complexo é necessário desfazer-se da ilusão de que o pensamento complexo conduz ao pensamento simples e modos simplificadores de se pensar a realidade, já que pensar de forma complexa inclui o ato de integrar todas as visões simplificadoras de se pensar um fenômeno, deixando de fora de sua análise, o reducionismo e ideias ofuscantes sobre o assunto (MORIN, 2015).

Adotar um pensamento complexo também significa desfazer uma outra ilusão: a de que complexidade se assemelha a completude. É necessário dar conta da multidimensionalidade dos fenômenos, ou seja, articular os campos e os intercursos dentro de um mesmo fenômeno, o que é o contrário de desmembrá-los e separá-los, como faria o pensamento simples. É impossível alcançar a completude no conhecimento. A completude não é verdade, como afirma Morin (2015).

Morin (2015) chama de inteligência cega a tendenciosidade com a qual alguns pesquisadores e estudiosos desejam que seus estudos sejam exatos, simétricos, lógicos e completos. A partir das pontuações de Morin, interpreta-se que para produzirmos conhecimento científico, é necessário ter consciência de nossa própria limitação, ou seja, se sensibilizar para as carências do nosso pensamento. Os fenômenos não são completos, e sim, sempre abertos a novas interpretações e

releituras. Essa noção, Morin chama de sistema aberto. Os fenômenos e sistemas estão sempre abertos para trocas com o exterior, nunca estão acabados e completos, mas sim inconstantes. Dessa forma, o pensamento complexo daria conta de equilibrar nesse eterno desequilíbrio do conhecimento da realidade (MORIN, 2015).

A ciência determinista acaba por ignorar esse desequilíbrio e inconstância dos fenômenos, ou seja, ignora a complexidade do real. Já de acordo com o pensamento complexo, pode-se admitir que cada sistema e cada fenômeno tem suas próprias determinações e finalidades, e, ainda assim, continuam em harmonia e em troca com outros sistemas e fenômenos (MORIN, 2015).

De uma forma reducionista e unidimensional, não seria possível falar sobre fenômenos tão complexos e tão inter-relacionados como a conjugalidade, o trabalho e o desemprego. Cada um desses fenômenos, por si só, já carrega uma avassaladora complexidade, bagagem histórica, social, política e filosófica. Se fossemos adotar um pensamento simplificador, talvez caíssemos na armadilha do pensamento disjuntivo (principal aspecto do pensamento simples), de forma a desmembrar cada aspecto dessas três dimensões (conjugalidade, trabalho e desemprego) para, assim, analisalas. Mas dessa maneira, ficaríamos expostos a milhares de pontos cegos. Essas três dimensões se encontram em vários momentos históricos de cada uma delas, e também se encontram com outras dimensões, como, por exemplo, uma longa história de emancipação do gênero feminino e sua história no mercado de trabalho, fator que influenciou tanto a conjugalidade, como o trabalho, como o desemprego. Enfim, sem o pensamento complexo, não seria possível resguardar a multidimensionalidade do presente estudo, empobrecendo a pesquisa e o olhar sobre os fenômenos.

5. Método

5.1. Delineamento de Pesquisa

A pesquisa se deu a partir de um delineamento qualitativo. Na pesquisa em Psicologia, a abordagem qualitativa nos permite conhecer o participante da pesquisa e mais profundamente compreender sobre suas formas de interação com o mundo, com o outro e consigo mesmo, bem como compreender as dimensões e aspectos que permeiam a contemporaneidade e os contextos de sua inserção nela. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se apresenta enquanto estratégia para que se possa propor caminhos, caminhos estes que sejam coerentes com as demandas sociais contemporâneas (BAPTISTA; CAMPOS, 2016), o que nos parece ser congruente ao escopo da pesquisa ora apresentada e que pretendeu compreender as relações entre trabalho e desemprego sobre as vivências de conjugalidades.

O primeiro estudo que compôs a presente pesquisa, e que, portanto, correspondente ao primeiro objetivo específico proposto, consistiu em uma pesquisa por meio de revisão de literatura. A revisão de literatura é uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de um referencial já publicado, principalmente em livros e artigos científicos. Esse tipo de pesquisa permite incluir ao estudo uma ampla gama de conhecimentos sobre os fenômenos, enriquecendo a leitura e compreensão sobre os mesmos (GIL, 1999). A revisão de literatura se propõe a interpretar e avaliar outros estudos que sejam relevantes para a investigação de temas de interesse, sintetizando os resultados de estudos já realizados a esse respeito e sustentando os outros elementos da pesquisa (BAPTISTA; CAMPOS, 2016).

Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico de abrangência nacional e internacional (publicações em línguas inglesa e espanhola) em livros e artigos presentes em bases como Scielo, BVSPsi, LILACS, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Spell, objetivando reunir conteúdos sobre o "mundo do trabalho", "desemprego" e "conjugalidades" de forma a estabelecer, à luz do Pensamento Complexo (MORIN, 2015), as relações que entre os mesmos existem, em especial, no sentido de se influenciarem mutuamente. O levantamento bibliográfico fora realizado sem delimitar um período de tempo específico (delimitação histórica), posto que nos interessou construir uma visão sobre o fenômeno a partir de seu desenvolvimento histórico e social, por esta razão, trazemos literaturas mais antigas (anos 2000) tanto quanto contemporâneas.

Do ponto de vista metodológico, e para fins de cumprir com o objetivo de compreender os entrelaçamentos entre trabalho, desemprego e conjugalidades, o material selecionado por meio da pesquisa bibliográfica fora lido criticamente e sistematizado, de forma a gerar um texto capaz de demonstrar como estes fenômenos foram se desenvolvendo ao longo do tempo e se constituindo fatores que se relacionam interdependentemente. Assim sendo, este estudo 1 cumpre a missão de representar um constructo teórico, de perspectiva histórico-social, que fundamentará boa parte das reflexões/discussões presentes no estudo 2.

O estudo dois, que se refere à mesma ordem dos objetivos específicos supracitados, foi realizado por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados, presenciais e gravadas. A pesquisadora, na maioria das entrevistas, se locomoveu até a residência dos participantes. Algumas entrevistas foram realizadas em ambiente clínico ou na universidade, de acordo com a preferência dos participantes. A escolha dos participantes se deu através de indicações dos envolvidos na pesquisa. O tempo

de entrevista variou de 35 minutos até 1 hora e 40 minutos, de acordo com a abertura do casal a compartilhar informações. A entrevista foi realizada com ambos os parceiros, respondendo juntos às perguntas, para que a pesquisadora pudesse observar possíveis dinâmicas relacionais ao se organizarem para responder. Os dados coletados foram transcritos integralmente e submetidos à técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). De forma análoga ao empreendimento realizado no estudo um, as categorias resultantes da análise de conteúdo foram lidas a partir do referencial teórico intitulado Pensamento Complexo, considerando que o mesmo é potencialmente capaz de nortear a leitura de tão complexo, instável e intersubjetivo processo de interação existente entre os objetos aqui eleitos: mundo do trabalho, desemprego e conjugalidades. O pensamento complexo considera como objetivo do conhecimento não a busca da completude ou a explicação casuística, mas sim a compreensão do complexo emaranhamento e a articulação dos diversos campos que compõem a realidade, o fenômeno, fugindo da carência ou reducionismo do pensamento simplificador. O mundo fenomênico é composto de emaranhados de informações e relações. Tal referencial teórico foi escolhido por proporcionar uma visão de processos, relações e contextos, que metaforicamente podem ser visualizados na forma de um tecido formado por fios de diferentes cores e elasticidade, no qual se tem o uno e o múltiplo coexistindo (MORIN, 2015), ou seja, postulamos que, para os sujeitos que vivenciam experiências de conjugalidades formando parcerias afetivas e sexuais e, portanto, aplicados a um projeto comum de vida e convivência, suas relações com o trabalho e, por vezes com o desemprego (objetivado na prática ou sob a forma de um risco constante), produz influências de forma interdependente.

5.2. Participantes, critérios de inclusão e exclusão

Participaram da pesquisa um total de 10 casais, divididos em 2 grupos, a saber:

- Grupo um: 5 casais que, até a data de realização da entrevista, viviam em condição de conjugalidade (união estável ou oficialmente casados, independentemente de serem casais hétero ou homoafetivos) e que as duas pessoas estivessem inseridas no mercado do trabalho por meio de emprego formal;
- Grupo dois: 5 casais que, até a data de realização da entrevista, viviam em condição de conjugalidade e que estivessem na seguinte situação: as duas ou pelo menos uma das partes, desempregada.

Foi considerado um critério de exclusão do casal para a participação na pesquisa, além do não enquadre na condição supra descrita, o não consentimento em relação à participação voluntária na pesquisa, conforme exposto a seguir no item 5.3. Em relação ao de limite de idade e tempo de relação dos casais participantes, não foram estabelecidos critérios de inclusão ou exclusão, deixando em aberto. Essa escolha foi feita em vista do objetivo de olhar apenas para os fenômenos estudados, porém não serão negligenciados, na análise de dados, as ressonâncias desses aspectos, pretendendo-se levá-los em consideração na discussão.

Importa ressaltar que a organização dos participantes em grupo 1 e grupo 2 refere-se mais a um aspecto de organização metodológica e didática, não havendo a intenção de, posteriormente, realizar comparações entre ambos os grupos, posto que

tal ação não se justifica em nossos objetivos de pesquisa nem tampouco em função de nosso referencial teórico (Pensamento Complexo) e abordagem metodológica (Pesquisa Qualitativa).

5.3. Aspectos éticos

Esta pesquisa teve seu projeto aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa e seus estudos dois e três somente foram iniciados após a emissão do parecer consubstanciando de aprovação. Os participantes tiveram garantidos o sigilo sobre seus dados de identificação e a confidencialidade sobre os conteúdos das entrevistas, que somente serão utilizados para fins científicos e, em havendo publicação sob a forma de artigos ou de trabalhos a serem apresentados em congressos, a mesma se dará com a omissão de suas identidades (utilizando nomes fictícios). Importa informar que os cuidados éticos foram fundamentados nas Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde, e que os participantes da pesquisa tomaram ciência dos procedimentos metodológicos, bem como de seus direitos, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que assinaram e receberam uma cópia.

Reconhece-se que, como toda pesquisa envolvendo seres humanos, esta também possui riscos. Os participantes da pesquisa foram inqueridos sobre sua relação de conjugalidade, vivência profissional, situação econômica e experiência de desemprego, o que pode mobilizar afetos e sentimentos desconfortáveis, tanto quanto indesejados. Foi garantido que caso algum participante manifestasse-se tocado por algum tipo de prejuízo psíquico em função de sua participação na pesquisa, receberiam atenção dos pesquisadores (que são psicólogos) para o acolhimento e adequado encaminhamento de suas demandas.

Considerando que a pesquisa foi realizada em período de pandemia por Covid19 e a escolha da realização das entrevistas em modalidade presencial, foi considerado o risco de contágio. Contudo, tanto pesquisadora quanto participantes se utilizaram de todas as medidas protocolares: distanciamento social, uso de máscara facial, higiene das mãos com álcool em gel, independentemente de estarem ou não vacinados.

Considera-se como benefícios resultantes da pesquisa, além da consciência de terem contribuído para a construção de conhecimentos sobre o assunto, a possibilidade de refletirem de forma mais crítica sobre seus contextos de vida, o que poderá contribuir para a tomada de decisões no enfrentamento das adversidades que envolvem o mundo do trabalho e as conjugalidades, onde o desemprego se apresenta como, muitas vezes, disparador de crises ou dificuldades.

5.4. Coleta e Análise de dados

O segundo estudo que compõe a presente pesquisa contaram com entrevistas de roteiros semiestruturados para a coleta de dados. As entrevistas, segundo Minayo (2005), são conversas, porém com finalidade. Sua classificação depende da forma como se organiza. A premissa básica é de que a entrevista não seja simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma ocasião de interação (MINAYO, 2005). A entrevista com roteiro semi-estruturado foi escolhida porque permite flexibilidade na organização das questões, tornando possível ampliar os relatos obtidos nos questionamentos (BELEI et al., 2008).

Para realizar uma organização e compreensão dos dados advindos das entrevistas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin

(BARDIN, 2011), escolhida diante da necessidade de se olhar os dados com criticidade e pela importância que se reconhece, da linguagem e narrativa dos entrevistados.

Na análise de conteúdo, inclui-se a análise temática, análise de expressões, análise da enunciação e das relações, sendo utilizadas como técnicas para explorar os significados explícitos e potenciais no conteúdo qualitativo. No entanto, não existe algo concluído para aqueles que pretendem utilizar a análise de conteúdo como método em suas pesquisas, e sim regras básicas para adequação à temática e objetivos propostos (BARDIN, 2011).

De forma concomitante, a análise das falas dos participantes seguiu os pressupostos do pensamento complexo, com o intuito de preservar um olhar sobre a complexidade dos fenômenos, que são emaranhados e articulados com o contexto em que se inserem. Morin (2015), um dos principais autores do pensamento complexo, propõe a teoria do sistema aberto, caracterizado pela troca constante com o exterior, buscando equilíbrio em um eterno desequilíbrio, a coexistência da ordem e da desordem, pois ao mesmo tempo que o mundo se encontra em extrema desordem, há desenvolvimento e complexificação (ESTRADA, 2007). Segundo os estudos complexos e a teoria bioecológica do desenvolvimento proposta por Urie Bronfenbrenner, pessoas, relações, processos e contextos influenciam uns nos outros e não se encontram descolados da temporalidade, portanto do momento histórico em que ocorre determinado fenômeno que as envolvem.

6. Estudo 1

Apresentaremos agora o texto referente ao estudo 1, tal qual o mesmo fora concluído e submetido para avaliação e futura publicação à Revista Pensando Famílias, conforme demonstra o documento de submissão (anexo 4). Para fins de manutenção de coerência entre o material submetido à avaliação na revista e neste exame de qualificação manteremos a fidelidade de sua estrutura, conteúdo, formatação e normatização (APA).

Entrelaçamentos entre trabalho, desemprego e conjugalidades na contemporaneidade

Interweaving between work, unemployment and conjugalities in contemporary times

Giovanna Beatriz dos Santos

Mário Lázaro Camargo

Marianne Ramos Feijó

6.1. RESUMO

A presente pesquisa consiste no estudo de três aspetos da vida humana e suas relações: trabalho, desemprego e as conjugalidades. O trabalho faz parte da vida e é dotado de sentido, posto que as tarefas ou papeis por meio dele vivenciados possuem significados que participam do processo de construção da identidade humana, sendo o ambiente laboral importante espaço de socialização. Já o desemprego, é definido como a ausência do trabalho remunerado, do contrato de trabalho com uma

organização ou instituição, situação que impacta na condição econômica, social e, consequentemente, na dimensão subjetiva do indivíduo, com forte tendência à sua vulnerabilização. O terceiro aspecto que se pretende estudar são as conjugalidades. A conjugalidade é definida como a vivência de um projeto de vida em comum e recebe influência de aspectos culturais, econômicos, políticos e históricos, sendo que está interconectada a outras dimensões da vida dos sujeitos (afetividade, sexualidade, saúde, educação etc.). A pesquisa foi realizada por meio de delineamento qualitativo, lançando mão do método bibliográfico, o que permitiu o aprofundamento da relação entre os três aspectos: trabalho, desemprego e conjugalidades; possibilitando a construção das reflexões que culminaram com as considerações sobre a interdependência dos mesmos e a importância de tê-los em equilíbrio, apesar do contexto atual se apresentar como desafiador, em especial pelos altos índices de desemprego e o fenômeno da precarização do trabalho, além dos novos modelos relacionais e conjugalidades delineados pelo hiper individualismo.

Palavras-chave: Conjugalidades; Trabalho; Desemprego

6.2. ABSTRACT

This research consists of studying three aspects of human life and their relationships: work, unemployment and conjugality. Work is part of life and is endowed with meaning, since the tasks or roles experienced through it have meanings that participate in the process of building human identity, with the work environment being an important space for socialization. Unemployment, on the other hand, is defined as the absence of paid work, the employment contract with an organization or institution, a situation that impacts on the economic, social condition and, consequently, on the subjective dimension of the individual, with a strong tendency to make them vulnerable.

The third aspect to be studied is conjugality. Conjugality is defined as the experience of a common life project and is influenced by cultural, economic, political and historical aspects, and is interconnected with other dimensions of the subjects' lives (affectivity, sexuality, health, education, etc.). The research was carried out using a qualitative design, using the bibliographic method, which allowed the deepening of the relationship between the three aspects: work, unemployment and conjugality; enabling the construction of reflections that culminated in considerations about their interdependence and the importance of having them in balance, despite the current context presenting itself as challenging, especially due to the high unemployment rates and the phenomenon of precarious work, in addition to of the new relational and conjugal models outlined by hyper individualism.

Keywords: Conjugalities; Work; Unemployment

6.3. Introdução

A presente pesquisa trata de três aspectos da vida humana e a relação entre eles, a saber: o trabalho, o desemprego e a vivência da conjugalidade. Quando nos referirmos ao trabalho, este foi discutido conforme seu significado para a sociedade ocidental, ou seja, um importante meio de realização, socialização, desenvolvimento e de acesso a bens e direitos. Tendo isto em vista, trataremos aqui, primeiramente, do trabalho enquanto um fator de proteção para o indivíduo, e não como fator gerador de vulnerabilidade, como quando é realizado em condições precárias e de forma agressiva à saúde física e mental (Blanch, 2003). Noutras palavras, abordaremos aqui o aspecto mais positivo do trabalho, ou seja, como fator promotor de desenvolvimento para o trabalhador e para a sociedade.

O trabalho consiste em uma atividade útil do ponto de vista social. Para que seja exercido, carece de conhecimentos, competências e técnicas específicas. É uma dimensão da vida humana que mobiliza subjetivamente os indivíduos, de forma que ele produza algo em prol de sua comunidade e, ao mesmo tempo, produza algo para si, transformando-se (Aerosa, 2019).

Considerando a grande importância do trabalho na sociedade ocidental e seu significado positivo, sua capacidade de gerar autorrealização e de dar sentido à vida (Fidelis & Mendonça, 2021), importa postular que, quando o sujeito perde seu trabalho, sente que está perdendo algo que se relaciona intimamente à sua identidade, independência e autonomia (Sennett, 2005).

Podendo o trabalho ser um fator de proteção à vida das pessoas (Sapienza & Pedromônico, 2005), o desemprego – no sentido de perda do trabalho sob a forma de emprego – é, pois, uma condição geradora de vulnerabilidade, inclusive de transtornos mentais, podendo gerar fragilidade nos vínculos interpessoais (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

Posto que o trabalho e o desemprego são atravessamentos na e para a identidade e no senso de realização das pessoas, propõe-se discutir possíveis entrelaçamentos destes aspectos nas vivências de conjugalidades. O uso da palavra "conjugalidades", assim, no plural, deve-se à intenção de escapar à histórica tendência de se referir ao tema a partir do paradigma hegemônico da heterossexualidade. Assim, o conceito de "conjugalidades" a ser desenvolvido tratará do próprio fenômeno, independentemente de se referir a casais homossexuais, heterossexuais ou outras configurações relacionais possíveis.

A união de casais ocorre por um planejamento de uma vida em comum (Walsh, 2016), um compromisso ético no qual a construção da vida conjunta deve deixar

espaço não somente para o crescimento conjunto, mas também para a construção individual de cada parceiro (Almeida & Romagnoli, 2019). No laço afetivo do “nós” no relacionamento conjugal, existem muitos atravessamentos. Alguns desses atravessamentos consistem em mudanças de paradigmas que se deram através do tempo e da transição dos valores culturais, em grande medida influenciados pela emancipação das mulheres, sua entrada no mercado de trabalho, a diminuição das assimetrias de gênero (Alves-Silva et al., 2016), a aceitação do casamento *gay* e diversas outras configurações amorosas e conjugais que passaram a compor a diversidade da vida humana (Rodrigues; Boeckel, 2016).

Vale aqui lembrar que gênero é definido por Diniz e Féres-Carneiro (2012) como “código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres” (p. 102), incluindo padrões e expectativas com relações aos papéis desempenhados por cada sexo. A desigualdade de gênero no ambiente de trabalho é um fator de risco para a saúde do trabalhador, compreensão fundamental para se estudar a interação trabalho-família (Feijó, 2020).

Os aspectos trabalho, desemprego e conjugalidades, a serem discutidos de forma mais aprofundada nos tópicos posteriores, recebem a influência dos contextos macrossociais vigentes em cada época. Além das mudanças de paradigma citadas no parágrafo anterior, principalmente a entrada da mulher no mercado de trabalho, os contextos econômico e político vigentes no país influenciam fortemente as configurações do mundo do trabalho e este, por sua vez, na vida das pessoas, comunidades, famílias, casais.

A consolidação do capitalismo (Goulart, 2002), a estética do consumo, a lógica hiperindividualista que segue o trabalho e as relações humanas (Nardi, 2010), o amor líquido (Bauman, 2004), dentre outras transformações importantes para a

compreensão da relação aqui tomada como objeto de reflexão, serão melhor desenvolvidas nas discussões a seguir.

6.4. Método

A pesquisa se deu a partir de um delineamento qualitativo. Na pesquisa em Psicologia, a abordagem qualitativa nos permite compreender as dimensões e aspectos que permeiam a contemporaneidade e os contextos de sua inserção. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se apresenta enquanto estratégia para que se possa propor caminhos, que sejam coerentes com as demandas sociais contemporâneas (Baptista & Campos, 2016), o que nos parece ser congruente ao escopo da pesquisa ora apresentada.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de um referencial já publicado, principalmente livros e artigos científicos. Esse tipo de pesquisa permite incluir ao estudo uma ampla gama de conhecimentos sobre os fenômenos, enriquecendo a leitura e compreensão sobre os mesmos (Gil, 1999), possibilitando interpretar e avaliar outros estudos que sejam relevantes e sintetizar os resultados estabelecendo relações, aprofundando e construindo conhecimentos (Baptista & Campos, 2016). Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico de abrangência nacional e internacional (publicações em línguas inglesa e espanhola) em livros e artigos presentes em bases como Scielo, BVSPsi, LILACS, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e Spell, objetivando reunir conteúdos sobre o “mundo do trabalho”, “desemprego” e “conjugalidades” de forma a estabelecer, à luz do Pensamento Complexo (MORIN, 2015), as relações que entre os mesmos existem, em especial, no sentido de se influenciarem mutuamente. O levantamento

bibliográfico fora realizado sem delimitar um período de tempo específico (delimitação histórica), posto que interessou-nos construir uma visão sobre o fenômeno a partir de seu desenvolvimento histórico e social, por esta razão, trazemos literaturas mais antigas (anos 2000) tanto quanto contemporâneas.

Do ponto de vista metodológico, e para fins de cumprir com o objetivo de compreender os entrelaçamentos entre trabalho, desemprego e conjugalidades, o material selecionado por meio da pesquisa bibliográfica fora lido criticamente e sistematizado, de forma a gerar um texto capaz de demonstrar como estes fenômenos foram se desenvolvendo ao longo do tempo e se constituindo fatores que se relacionam interdependentemente.

6.5. Resultados e discussões

Trabalho e emprego

Como pontuado introdutoriamente, o trabalho foi aqui abordado como fator de proteção para a vida das pessoas, ou seja, em seu aspecto mais positivo. Esta estratégia textual não implica, portanto, na desconsideração, por parte dos autores, de que a relação "ser humano X trabalho" pode ser permeada por experiências de frustração, sofrimento e adoecimento.

O conceito de trabalho é composto por diversas controvérsias, pois abarca diferentes pontos de vista e é um conceito multifacetado que contém um papel essencial na construção da identidade do sujeito humano, tanto individual como socialmente. Quando trabalha, o sujeito não é passivo, e sim ativo, tanto em sua existência individual quanto coletiva, pois produz algo que incorpora valor através de suas competências, que é o que define o ato de trabalhar. Por essa razão, é que o

trabalho é um fator de proteção, posto que possui um impacto para a saúde e que fortalece e constrói a identidade do sujeito (Aerosa, 2019). Trabalho, segundo Mandelbaum e Ribeiro (2017, p. 9), “é uma atividade humana concebida como produtora de riqueza, criadora do mundo e da cultura, povoadora do imaginário sobre si e sobre os outros e estimuladora da convivência social”. Por essas e outras razões discutidas aqui é que o trabalho traz sentido à vida. Por meio do trabalho objetivos podem ser alcançados e a autorrealização ampliada (Fidelis & Mendonça, 2021).

O trabalho permite que os seres humanos possam transformar a realidade a sua volta e, simultaneamente, serem transformados por ele, de acordo com suas necessidades, em um processo de interação e constituição mútua (Neves et al., 2018). Um dos fatores implicados nessa possibilidade de construir-se através do trabalho é a socialização. Cada fazer, no trabalho, possui uma representação social para aquela comunidade, algo que reflete algum nível de reconhecimento e gera uma certa sensação de pertencimento àquele grupo ou organização, pois ali executa-se um trabalho importante para a manutenção da sociedade (Neves et al., 2018). Vivido dessa forma, o trabalho pode ser libertador e emancipatório (Antunes, 2000).

O trabalho pode acontecer e se materializar de diversas formas. Uma dessas formas é o emprego, que é uma categoria de trabalho institucionalizado, normalmente estabelecida por meio de contrato, regrada e remunerada conforme suas regras e/ou, eventualmente, leis trabalhistas existentes. O trabalho constitui uma ocupação relevante para a construção subjetiva e social dos sujeitos, sendo que o emprego não é a única forma de trabalho, ou de se inserir no mundo do trabalho, visto que existem outros trabalhos que não prescindem do vínculo empregatício enquanto assalariado, como por exemplo ter um próprio negócio (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

Diferente do trabalho, o emprego pressupõe uma forma específica de atividade na qual ocorre remuneração e regulação por meio de um acordo jurídico contratual (Borges; Yamamoto, 2014). O emprego pode trazer o senso de independência e identidade ao indivíduo e o medo de ser destituído deste (Neves et al., 2018). O emprego, em condições de estabilidade, pode permitir que o sujeito se sinta autor de sua própria trajetória, através das conquistas que são resultantes de sua relação com o trabalho (Sennett, 2005). O trabalho, independentemente de ser remunerado, se tratando ou não uma atividade criativa, se origina em sua historicidade e de acordo com a cultura vigente no momento, ou seja, cada época carrega consigo um conjunto de valores, princípios e filosofias de vida que são capazes de mudar a forma como se enxerga a atividade de trabalhar (Neves et al., 2018). Por exemplo, no Brasil, o trabalho, especialmente em forma de emprego, passa a ser legitimado como aspecto central na vida do cidadão brasileiro após a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que ocorreu na Era Vargas, entre 1930 e 1945. Dá-se início, neste período, à regularização da cidadania, já que a partir deste momento o trabalhador passa a ter "carteira de trabalho" e direitos, símbolos da agregação de valor ao trabalho, agora reconhecido e regulamentado pelo Estado e, consequentemente, por ele próprio (Nardi, 2010).

Um grande exemplo da importância do trabalho é o seu papel na história da emancipação das mulheres, grande marco nas mudanças paradigmáticas do último século. A desigualdade ocorreu e ocorre para as mulheres em função de questões econômicas e questões sociais que as ligavam aos homens, nas quais se tinha que aceitar os valores masculinos como hegemônicos. Parar de ser conivente com essa situação de obediência foi um grande desafio para as mulheres (Beauvoir, 1949). O trabalho era uma dimensão de direito apenas dos homens. O homem tinha um

trabalho ativo (funções ligadas à produção econômica e social) e a mulher um trabalho reprodutivo (ligado às funções de cuidado), que não era reconhecido como um trabalho e sim como uma obrigação, algo próprio de sua feminilidade, o que reduzia as mulheres e as colocava em posição inferior, submissa, já que o trabalho reprodutivo era desvalorizado socialmente por não participar diretamente do processo de maximização do lucro em um nível político e capitalista. O homem era detentor da autoridade, o que gerava sexismo e opressão feminina (Costa, 2004; Carboni, 2009; Silva; Branchette, 2017).

As mulheres só começaram a mudar suas histórias quando seu trabalho passou a ser explorado pela sociedade capitalista, no início da era industrial. Após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres que antes ficavam em suas casas e dependiam de seus maridos, nesse momento passaram a sair para trabalhar, muitas com seus esposos mutilados, como veteranos de guerra, e outras viúvas; com isso, se tornaram a fonte de renda do lar, porém a mão-de-obra feminina ainda era mais barata em comparação ao valor da mão-de-obra masculina. As mulheres, nos anos 50, continuavam sem vínculos empregatícios e com foco em trabalhos domésticos. O trabalho das mulheres entrou na economia de forma exploratória (mão-de-obra barata e desprovida de direitos), mas apesar disso, passou a ocupar a lacuna deixada pelos homens no pós-guerra, o que permitiu que elas se apropriassem de ambientes novos e participassem da economia; fatos estes ocorridos em paralelo aos primeiros e crescentes movimentos sociais em prol dos direitos dos trabalhadores e da maior igualdade entre homens e mulheres. Os movimentos em defesa da equidade, que incluíam o acesso aos direitos foram ampliados e nos anos 2000 tiveram papel essencial nas gradativas conquistas sociais das mulheres, como a diminuição da assimetria de gênero e a ocupação de cargos de liderança (Carboni, 2009).

Pontuada a importância do trabalho e do emprego para a identidade e independência do indivíduo, no sentido de ampliar seu senso de inclusão social, importa refletir sobre o significado de seu extremo oposto, ou seja, a falta do trabalho e o desemprego, posto que ser desligado, demitido, impedido de trabalhar, pode impactar negativamente o sujeito humano (Neves et al., 2018), tanto homens como mulheres.

O fenômeno do desemprego e seus impactos para a sociedade, indivíduos e famílias

Considerando o valor e a centralidade do trabalho para a vida do ser humano na atualidade, a sensação de perder o controle de sua própria vida pode ser experimentada por aqueles que perdem seus empregos (Sennett, 2005), posto que perdendo-os, o sujeito encontra-se em maior vulnerabilidade social, marcada pela ausência de renda e potencial de participação em contextos sociais para os quais o dinheiro é condição para acesso.

Em uma lógica normativa-institucional, desemprego pode se definir enquanto um fenômeno estrutural da economia, segundo Maldelbaum e Ribeiro (2017). Desemprego seria, nessa perspectiva, uma privação do emprego, interrompendo a relação do indivíduo com trabalho, de forma temporária ou definitiva, a depender do contexto e, nele, a relação existente entre oferta e procura. O desemprego, quando olhado por uma perspectiva biográfica-subjetiva, é uma condição que gera invisibilidade social, já que é uma representação social e uma identidade sobre o desempregado, com a ideia de que estando nessa condição involuntária de ausência de trabalho, fica impedido de – ou pelo menos muito limitado para – agir sobre o

mundo, participar da sociedade como produtor de bens ou serviços, ou ainda, como consumidor dos mesmos.

O desemprego é uma situação vivida pelo sujeito que no momento encontra-se sem emprego de forma não intencional, encarado como um momento temporário para os trabalhadores empregados, que provavelmente foi gerado por uma disfunção pontual no mercado ou na organização de trabalho. Hoje, estar desempregado pode ser interpretado como um problema individual, trazendo possivelmente um sentimento de culpa e vergonha, não levando-se em conta que é um problema mais amplo e complexo, ou seja, também político, social e econômico (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

O desemprego gera vulnerabilidade psicossocial, já que delimita os espaços de intersubjetividade das pessoas, reduzindo a oportunidade de estabelecer vínculos e participar de redes sociais (não virtuais), o que pode culminar em um sentimento de solidão. Assim, os vínculos interpessoais do sujeito, nesse período, podem ganhar certa fragilidade e pode haver também um conflito identitário. A privação do trabalho pode gerar, portanto, isolamento social, adoecimento físico e mental (Maldelbaum & Ribeiro, 2017), além do que, se dura um tempo significativamente grande, pode gerar danos à empregabilidade, consequências da desatualização de conhecimento, de habilidades e competências ao sujeito desempregado, dificultando seu retorno ao mercado de trabalho, extremamente exigente e competitivo na atualidade (Helal & Rocha, 2011).

Existem vários fatores que podem vir a ser explicações do desemprego, tais como a revolução tecnológica, saturação no mercado formal, questões políticas, como a carência de ações do governo, desqualificação, razões de ordem econômica, ou ainda, razões pessoais do sujeito (Maldelbaum & Ribeiro, 2017).

Anteriormente à promulgação da CLT, alguns acontecimentos foram decisivos, para fazermos um breve panorama do histórico do desemprego no Brasil, situados entre 1930 e 1980: expansão produtiva, maior urbanização por conta da industrialização e, consequentemente, a estruturação do mercado nacional e do emprego assalariado. Isso possibilitou que a classe trabalhadora de empregos formais se expandisse e criou condições para direitos sociais e trabalhistas. Nesse período, a taxa de desemprego era baixa (variação média de 0,5%), aumentando nas décadas de 80 e 90 como resultado de crise impulsionada pela dívida externa. Tal aumento levou ao implante do seguro-desemprego em 1986. Caminhando para os anos 90, houve maior inflação, desigualdade social e aumento do desemprego novamente. Nesse período, há adoção de políticas neoliberais pelo país e a implementação de um programa de ajuste econômico, fazendo aumentar bastante o desemprego. Da década de 80 a 2000, a taxa de variação anual se situava em 11%, podendo se verificar uma linha de redução contínua até 2014, com a reversão das políticas de corte neoliberal, com a evolução da renda por habitante (anos 2000), ampliação (anos 2000) do gasto social do Produto Interno Bruto (PIB), que gerou renda e emprego e, consequentemente, uma queda na taxa de desemprego de 3,2%, mesmo com a crise global de 2008. A partir de 2014, porém, a taxa volta a subir por conta da adoção de políticas de ajuste econômico. Em 2016, o desemprego continua crescente devido à recessão da economia nacional (Pochmann, 2016). A pandemia por COVID-19 em 2020 impactou 81% dos trabalhadores em nível mundial. A crise sanitária, os altos impactos financeiros e o aumento da taxa de trabalho informal (que repousava em 40,8% em 2017), junto com a precarização do trabalho, foram efeitos da pandemia. A estimativa atual (4º trimestre de 2022) é de que 7,9% da população brasileira esteja

em condição de desemprego, o que corresponde a 8,6 milhões de brasileiros (IBGE, 2023).

Com o intenso histórico de desemprego no Brasil, é importante destacar, ainda, o termo “desalentado” que, por definição, significa perder o alento, desanimar-se. O desalentado é aquele sujeito que desistiu de procurar emprego por alguma razão, por exemplo, por acreditar que não se encaixa em uma idade adequada, ser jovem ou idoso demais, ou pela crença de que não conseguiria emprego nas atuais circunstâncias econômicas. A condição de desalentado significa ainda, para uma parte dos trabalhadores desempregados, já não ter condições financeiras para participar de processos seletivos, posto que nem o dinheiro para o deslocamento urbano possuem. A estatística de desalentados reflete o cenário econômico e político do país, no qual a obtenção de empregos pode se apresentar com baixa probabilidade (Lucena, 2019 & Ericson, 2020). O número de desalentados, ao final de 2022, chegou a 4 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE do ano de 2022 (IBGE, 2023).

As conjugalidades

Para os autores Almeida e Romagnoli (2019, p. 8), “a conjugalidade se traduz como uma aliança fundada num compromisso ético que sustentará um projeto de vida comum compartilhado”. Esse tipo de relação é um espaço intersubjetivo e, por isso, é necessário que haja empatia e o assumir de certa responsabilidade de abertura perante o outro, sem que seja uma imposição, mas resultado de uma escolha livre e autêntica.

Viver em conjugalidade significa também trazer todos os padrões interacionais obtidos em relações anteriores e construir um novo padrão, ou seja, um funcionamento

próprio daquele casal que é um entrelaçamento de suas bagagens interacionais (Alves-Silva et al., 2016).

Almeida e Romagnoli (2019) constroem um conceito de conjugalidade a partir da noção de comunidade. Para eles, a vida conjugal é uma dimensão comunitária por ser uma vivência conjunta e compartilhada, uma responsabilidade recíproca. Nessa perspectiva, a conjugalidade seria um projeto de vida em comum que prescinde de uma abertura do outro enquanto um movimento de amor, bem como um conjunto de vivências do "nós" que não exclui a identidade pessoal, o que significa dizer que o "nós" conserva também as vivências pessoais de cada cônjuge. Dessa forma, o vínculo conjugal é favorecido quando há espaço para certa continuidade no processo de autodesenvolvimento de cada parceiro. Para que isso aconteça, segundo os autores, é importante que o casal deseje o bem-estar um do outro, aceitando-o em sua singularidade e acolhendo-o, fazendo com que haja o sentimento de pertencimento de ambos àquele conjunto. A presença do amor nessa abertura é importante, pois na construção do "nós", o outro deve ser valorizado enquanto sujeito singular, necessitando para isso a alteridade.

Nesse sentido, quando se fala em conjugalidade enquanto comunidade, a relação amorosa pode levar ambos os parceiros à autonomia se dentro dessa relação houver espaço para o desenvolvimento da identidade pessoal. Assim, a conjugalidade é tratada como ética, na responsabilidade de não minar a singularidade do outro, com a presença constante de autoavaliações e negociações. A presença do amor, da atração sexual e o respeito à individualidade e autonomia são elementos importantes para o relacionamento conjugal (Almeida & Romagnoli, 2019).

Pode-se destacar, ainda, do estudo de Almeida e Romagnoli (2019), que a comunidade é um espaço para a autoconfiguração, por isso, a conjugalidade, para

além de características próprias do casal, pode ter se espelhado na conjugalidade exercida pelos pais e familiares. Há, portanto, padrões socioculturais envolvidos na forma de se viver a conjugalidade, tanto na forma como vivem a própria relação, como no comportamento financeiro (Gonçalves et al., 2018).

Tais definições e apontamentos acerca da conjugalidade são influenciadas pela visão que se tem desta atualmente, afinal, a conjugalidade é um conceito social, que pode se modificar de acordo com a cultura e contexto, bem como em função de mudanças sociais (Cenci et al., 2018). Baseado neste fato, destaca-se que, hoje, a finalidade da vida em casal não mais se situa na manutenção do núcleo familiar, mas sim na busca pela satisfação afetiva, amorosa e sexual (Borges et al., 2014).

Diversas mudanças paradigmáticas ocorreram para que as conjugalidades fossem vividas da forma atual, na qual o afeto e o amor são elementos quase sempre presentes. Uma dessas mudanças foi a emancipação das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho (Alves-Silva et al., 2016).

A forma de se vivenciar relações amorosas atualmente, é atravessada pelo amor líquido, explicado por Bauman (2004). O autor cria o termo “amor líquido” para se referir à flexibilidade e fragilidade como características primordiais dos relacionamentos contemporâneos. Interpreta-se que líquido é o termo usado por ele, justamente por conta das propriedades flexíveis desse estado de matéria. Nas relações baseadas na cultura de consumo, capitalismo e individualismo existe velocidade e aceleração, com finalidade de satisfazer desejos de forma rápida, sem precisar esperar. Imediatismo e disponibilidade instantânea são características que também se transferem aos relacionamentos amorosos: as “relações de bolso”.

Ainda com a vivência do amor líquido, existe a influência do amor romântico, que se refere “à criação de um ideal amoroso que valoriza os desejos, afetos, sonhos

e a singularidade, com uma tentativa de retirar a influência de normas externas ao par amoroso" (Viera & Stengel, 2021, p. 150). A coexistência do amor idealizado, do amor romântico, com o amor líquido na época atual, gera dois produtos conflitantes nos relacionamentos contemporâneos: a anseio pela liberdade acompanhada por uma grande insegurança. O projeto de vida, hoje, torna-se responsabilidade individual de cada sujeito, cada um podendo escolher em quê e em quem investir (Vieira & Stengel, 2021).

Outras mudanças observadas na conjugalidade em termos de aspectos histórico-sociais envolvem uma pluralidade de modelos de conjugalidades, destacando a não mais obrigatoriedade de formalizar uma união, bem como a facilidade de se conduzir um processo de divórcio. Além disso, hoje a escolha dos parceiros é permitida, podendo ser feita através de critérios de afeto e compatibilidade (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003). O fato de o casamento ter perdido o caráter compulsório e ganhando o caráter optativo muito alterou o cenário dos relacionamentos. Pôde-se observar, por exemplo, uma queda na taxa de nupcialidade e o adiamento do nascimento do primeiro filho, bem como a questão da coabitação e aumento das uniões estáveis (Alves-Silva et al., 2016).

A respeito da pluralidade de relações citada acima, faz-se necessário fazer um breve panorama sobre a história do casamento homossexual no Brasil. A homossexualidade e várias expressões da sexualidade já eram notadas desde a colonização. Já nas primeiras populações estava presente o caráter natural dessas expressões para a espécie humana, porém, sempre foi muito reprimido pelas instituições religiosas, que traziam valores europeus. O dominador europeu taxou o indígena de selvagem e anormal, criando uma identidade negativa para a expressão das sexualidades. Com a catequização dos índios e a inquisição católica nos séculos

XVIII-XIX, aumenta-se essa atmosfera de repressão. No Brasil Colônia, a homossexualidade era considerada crime. Com o fim do império e início da república, o campo dos direitos civis e das minorias ganharam mais visibilidade, porém as minorias ainda eram marginalizadas. O país republicano nasceu com o peso do preconceito e a era da ditadura reforça essa questão, pois Vargas proibiu a liberdade de expressão por parte da comunidade LGBTQIAPN+ (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não-binários), por semelhança ao fascismo europeu. A cultura de estrangeiros também influenciou o Brasil nesse momento, principalmente com a perseguição das minorias pelo nazismo (Belin & Neumann, 2020).

Durante a ditadura militar surgiram os primeiros protestos ligados à luta pelos direitos homossexuais que repercutiram no mundo todo, bem como a união dos grupos das minorias sexuais e aparição pública como tais, inclusive grupos *gays*.

Como resultado dessa movimentação social, a OMS – Organização Mundial da Saúde, retira o termo "homossexualismo" de sua lista de doenças, já que anteriormente tais minorias sexuais eram patologizadas pela ciência e demonizadas pela religião. Essa patologização não acaba por aí, pois com a eclosão da AIDS na década de 80, a orientação homossexual foi muito associada a tal doença. Filmes, músicas e demais formas de arte passam a se posicionar sobre o fenômeno da AIDS e abordar opiniões em prol do movimento *gay*. A vinda da epidemia da AIDS levou a diversas discussões sobre acesso à saúde integral. No século XXI, a comunidade LGBTQIAPN+ começou a levantar muitas bandeiras em prol da descriminalização da homossexualidade e a despatologização das identidades trans, bem como o fim da cura *gay*, o casamento *gay* (permitido em 2013) e a permissão de adoção de crianças

por casais homossexuais (permitido em 2015). Para conseguir essas vitórias, ativistas dos direitos da comunidade recorreram ao judiciário e muito lutaram publicamente

(Belin & Neumann, 200).

A relação trabalho-desemprego e conjugalidades

Viver em conjugalidade envolve diversos combinados práticos e também valores e princípios de ordem psíquica. Ou seja, esses combinados podem ser implícitos ou explícitos. Por explícitos queremos dizer de arranjos práticos, como a divisão de tarefas domésticas, administração da casa, gerenciamento financeiro e divisão de custos, cuidado e educação dos filhos etc. Combinados implícitos dizem respeito a expectativas do casal, além de que cada membro do casal terá uma visão da vida e uma percepção acerca do que considera uma boa relação conjugal, bem como a percepção de cada um sobre a importância do trabalho e qual o tempo e o esforço despendido pelos sujeitos para cada área da vida. Essa configuração depende das dimensões subjetivas dos envolvidos e o papel do trabalho na vida desse casal, algo que exerce importante influência na satisfação conjugal (Perlin, 2006).

É importante discutir a gestão do orçamento doméstico adotada pelo casal, tema que envolve os três fenômenos estudados aqui: as vivências de conjugalidades, o trabalho e o desemprego. A condição financeira e a qualidade de vida de um casal são influenciadas por fatores macro e microssociais, como as expectativas de gênero de cada cônjuge, dos seus grupos de pertencimento e da sociedade em geral. As relações que cada um construiu e o desenvolvimento pessoal, familiar, social e histórico de ambos é determinante para a atribuição de significados ao dinheiro. Mudanças no cenário econômico geral podem dificultar a gestão financeira de um

casal e o equilíbrio entre trabalho e família nesse sentido. A satisfação conjugal pode diminuir caso o casal seja exposto a frustrações financeiras e impossibilidades nesse campo. A estabilidade financeira conjugal é, portanto, um fator importante para o alcance da satisfação conjugal (Gonçalves et al., 2018).

Alguns dos fatores envolvidos em um planejamento de vida em comum, definição usada por Walsh (2016) para conjugalidade, giram em torno da divisão de tarefas entre o casal e o orçamento doméstico. Esses fatores dependem muito da relação de cada um deles com o trabalho, ou seja, quanto tempo e dedicação direcionam ao trabalho e quais as condições de trabalho às quais estão submetidos. Aponta-se que a satisfação com o casamento está associada com a satisfação no trabalho. Dificilmente consegue-se estudar os dois fenômenos em separado, já que se afetam mutuamente (Vanalli, 2012). O próprio termo conflito trabalho-família diz respeito à sobreposição de papéis desempenhados no ambiente familiar (mãe, pai, cônjuge etc.) e no trabalho. As mudanças no mercado de trabalho, as condições de acesso a bens e serviços, a idade, a execução da parentalidade e outros múltiplos fatores são determinantes para a relação trabalho-família, mas pode-se afirmar que se uma das dimensões se encontra em crise, afetará a outra e vice e versa, posto sua relação de interdependência (Feijó, 2020).

Foi visto que o trabalho faz parte da autopercepção das pessoas, bem como parte da construção da identidade de cada um, podendo proporcionar autonomia, reconhecimento e inclusão social, além de aumentar o prazer para a vida (Fidelis & Mendolça, 2021). Esses fatores também atravessam as conjugalidades, afinal, dentro delas é importante se sentir autônomo e reconhecido, bem como respeitado em sua identidade. Se o sujeito se encontra desempregado, pode ter sua autoestima e identidade impactadas negativamente, bem como seu sentimento de independência e

segurança, ficar estressado e carregar angústias advindos desse conflito. Essas consequências do desemprego podem influenciar negativamente a vivência das conjugalidades, pois são subjetividades envolvidas nas relações sociais do indivíduo (Neves et al., 2018).

Como foi colocado, as conjugalidades também são comunidades (Almeida & Romagnoli, 2019), e se o funcionamento de suas partes está enfrentando conflitos (ou seja, se as individualidades ali inseridas estão com a autoestima comprometida e enfrentando angústias diante do desemprego ou do trabalho), o bom funcionamento daquele conjunto poderá ser prejudicado. Uma vida dotada de sentido fora do trabalho é compatível com uma vida dotada de sentido no trabalho (Antunes, 2000), pois se a vida profissional está desconexa dos valores e desejos do sujeito, seja pelo mal andamento no trabalho ou pela vivência do desemprego, o sujeito pode levar essas consequências para sua vida social, impactando suas relações.

Nesse sentido, quando um dos membros de um casal se encontra privado do trabalho, ele pode repetir alguns sentimentos gerados pelo desemprego dentro da sua dinâmica conjugal, por exemplo, sentindo-se deslegitimado em suas funções sociais dentro daquela relação. O cônjuge que permanece empregado também pode experimentar uma pressão advinda da maior responsabilidade financeira, aumentamse os conflitos e fatores de estresse, além de ser uma situação que gera ascensão nos números de divórcios e separações. Portanto, a vivência do desemprego impacta diretamente a satisfação conjugal (Mandelbaum & Ribeiro, 2017).

A satisfação conjugal está positivamente associada a habilidades sociais empáticas. Oferecer apoio, ouvir e validar os sentimentos do parceiro e expressar compreensão promovem o bem-estar conjugal. Em uma situação de desemprego, é

essencial exercer a empatia. Porém, se o casal já possui o fator empatia em sua relação, em situações de desemprego podem ser mais ainda afetados pelas emoções negativas advindas do desemprego, causando impacto negativo, já que a transmissão do estresse de um parceiro para o outro ocorre por meio da empatia (Aguiar et al., 2018; Almeida & Romagnoli, 2019).

As dinâmicas de conjugalidades, trabalho e desemprego podem variar conforme a visão do casal sobre os papéis de gênero na sociedade. Existem representações sociais que abarcam os papéis femininos e masculinos, e, se este casal for heterossexual e compartilhar de uma visão mais tradicional e mais assimétrica dos papéis de gênero, o desemprego pode ter um efeito mais ansioso no homem, por conta de crenças sobre a competência masculina na sociedade, que prega um papel social de provedor e ativo para o homem (LIPP, 2005). Já na divisão das tarefas, a mulher pode ficar sobrecarregada, já que possui uma representação social de responsável pelas funções de cuidado (Aguiar et al., 2018). Nesse caso, a equidade de gênero tende a ser fator favorecedor da satisfação conjugal (Figueroa & Reveco, 2020). Considera-se também as novas configurações de conjugalidades e as mudanças de paradigmas da contemporaneidade, diversidades nas quais pode ser possível quebrar essas estereotipias e pensar em relações mais igualitárias em relação a papéis e responsabilidades.

6.6. Considerações parciais – Estudo 1

O presente estudo buscou abarcar os entrelaçamentos entre o trabalho, o desemprego e as conjugalidades. Tais dimensões se influenciam mutuamente, pois constantemente o indivíduo escolhe o quanto de sua vida quer dedicar a cada uma

dessas facetas, que dividem espaço na vida das pessoas. Não é possível fragmentar a subjetividade do ser humano, pois somos multidimensionados e, por assim ser, somos continuamente influenciados por, dentre outras dimensões, o trabalho, o desemprego (ou seu risco constante) e nossas conjugalidades.

No momento histórico atual, especialmente no mundo ocidental, o trabalho é uma dimensão muito importante para a construção do sujeito, proporcionando a ele algo individual e pessoal, algo que é responsável por sua autenticidade, autonomia e identidade, características que influenciam também na vivência de todas as relações interpessoais, inclusive nas conjugalidades. Na visão de conjugalidade atual, dá-se importância para se ter espaço de crescimento pessoal, no qual se permite ter interesses individuais, e um desses interesses pode ser o trabalho, que além de um meio de subsistência, pode significar um espaço onde as pessoas podem colocar em ação características de suas identidades e experimentarem autorrealização.

O papel que cada cônjuge exerce dentro dessa convivência sofre influência do trabalho, pois além de ser um espaço intersubjetivo e comunitário em que a autoestima e a autopercepção de cada um é importante, há questões financeiras envolvidas, bem como responsabilidades assumidas por cada um no par. Se o sujeito se vê destituído de seu emprego, as consequências pessoais (queda da autoestima, desvalorização de si mesmo, invisibilidade social, sensação de inutilidade) podem impactar de forma negativa nas vivências de conjugalidades, pois, sendo a conjugalidade um projeto de vida compartilhado, muitas pressões podem ser enfrentadas por ambos, e o integrante desempregado pode repetir seus sentimentos de inutilidade e desvalorização dentro da relação.

Esta pesquisa buscou apresentar uma visão mais complexa do entrelaçamento dos fenômenos trabalho, desemprego e conjugalidades, e, para isso, foi preciso

considerar sobre qual contexto político, cultural, histórico e social estamos nos referindo. Estamos nos referindo a um momento histórico em que o capitalismo está consolidado e mudou a visão de mundo das pessoas. A mentalidade deixada pelo capitalismo contém certa brevidade, ou seja, busca-se o que for mais conveniente para o momento atual, sem a preocupação de obter produtos, serviços ou até mesmo relações duradouras e longas. De uma forma mais filosófica, com isso, está inclusa a vinda do individualismo, no qual passa-se a pensar mais em benefícios próprios do que coletivos. Sendo que a vivência de conjugalidades representa uma esfera comunitária, os valores trazidos pelo capitalismo e a vivência de uma maior individualidade alteram a forma de se viver a relação conjugal, agora incluindo uma constante autoavaliação e negociação dos próprios desejos e dos desejos que são vividos em conjunto, em conjugalidade.

A diminuição da assimetria de gênero também é um contexto macrossocial que muito influencia qualquer uma das dimensões aqui estudadas, já que o trabalho foi grande ferramenta de emancipação feminina e mudou completamente o seu papel na relação conjugal, agora mais empoderada de direitos e espaço para posicionar-se, bem como fazer escolhas individuais.

Outro contexto macrossocial que atravessa a nossa discussão são as transformações culturais que permitiram a vinda da diversidade e novas configurações de relacionamento, tais como a permissão do casamento *gay*, pluralidades de identidades e orientações de gênero, novas configurações familiares etc., quebrando paradigmas sobre os tradicionais padrões familiares que seguem a heteronormatividade.

Ao realizar o presente trabalho, constatou-se uma lacuna deixada na literatura a respeito dos temas abordados, principalmente sobre os impactos psicológicos

causados pelo desemprego e as repercussões destes no contexto conjugal. Não foi encontrado, da mesma forma, estudos que analisassem os objetos de estudo deste trabalho através do pensamento complexo, linha teórica que tem muito a contribuir na análise de tais fenômenos. Nota-se, portanto, uma escassez de interesse por parte dos pesquisadores na análise da articulação entre os aspectos subjetivos do desemprego e seus impactos na conjugalidade, o que pretendemos realizar em estudos futuros.

6.7. Referências

Aerosa, J. (2019). O mundo do trabalho em (re)análise: Um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. Laboeral, *15*(2), 1-25. https://doi.org/10.4000/laboreal.15504

Aguiar, J., Matias, M., Barham, E. J., & Fontaine, A. M. (2018). Efeitos do desemprego sobre o casal: Uma revisão sistemática. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, *11*(1), 174-189. http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110201

Almeida, E., & Romagnoli, R. C. (2019). Conjugality: A Reading According to Edith Stein´s Notion of Community. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35429. https://doi.org/10.1590/0102.3772e35429

Alves-Silva, J. D., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2016). Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica. *Contextos Clínic*., *9*(1), 32-50. http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.03

Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.

Baptista, M. N., & Campos, D. C. (2016). *Metodologias de pesquisa em ciências: Análises quantitativa e qualitativa* (2ª ed.). LTC.

Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Jorge Zahar Ed.

Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo: A experiência vivida* (3ª ed.). Nova Fronteira.

Blanch, J. M. Trabajar en la modernidad industrial. (2003). In Blanch, J. M. (Ed.). *Teoría de las relaciones laborales: Fundamentos* (pp. 19-148). UOC.

Borges, C. C., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2014). Liberdade e desejo de constituir família: Percepções de jovens adultos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *66*(3), 89-103. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S180952672014000300008

Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2014). Mundo do trabalho: Construção histórica e desafios contemporâneos. In Zanelli, J. C., Bastos-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (Eds.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (2ª ed.). Artmed.

Belin, M. O., & Neumann, R. (2020). *História da homossexualidade no Brasil: Abusos, perseguições, repressões e o avanço do movimento LGBT+*. (2020). [Licenciatura em História]. Universidade do Sul de Santa Catarina. https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/12406

Carboni, M. A. (2009). *Evolução da mulher no mercado de trabalho* [Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Empresarial III]. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Cenci, C. M. B., Pauli, J. J., & Folle., P. D. (2018). Conjugalidade negociada: Elementos para compreensão do significado que casais atribuem ao dinheiro. *Actual. Psicol.*, *32*(124), 76-91. http://dx.doi.org/10.15517/ap.v32i124.28392

Costa, A. A., Oliveira, E. M., Lima, M. E. B., & Soares, V. (2004). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. CUT Brasil.

Diniz, G. R. S., & Féres-Carneiro, T. (2012). Casamento e família: Uma reflexão sobre desafios da conjugalidade contemporânea. In T. C. Viana, G. R. S. Diniz, L. F. Costa, & V. Zanello (Eds.). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. Brasília (pp. 430447). DF: Liber Livros.

Ericson, S. (2020). “Desalentadas”: Subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. *Revista Katálysis, 23*(3), 707-719. https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p707

Fidelis, A., & Mendonça, H. (2021). Well-being of unemployed people relations with work values and time of unemployment. *Estudos de Psicologia, 38*(e190014). https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e190014

Feijó, M. R. (2020). Conflito família-trabalho. In Schmidt, M. L. G. (Ed.). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias*. (pp. 122125). FiloCzar.

Feijó, M. R. (2020). Gênero - Trabalho e Saúde. In Schmidt, M. L. G. (Ed.). *Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias.* (pp. 219-222). FiloCzar.

Figueiroa, A. J., & Reveco, A. H. (2020). Percepción de equidad de género y equilibrio trabajo-familia en trabajadores pertenecientes a empresas públicas y privadas de Chile. *Ciencias psicológicas, 14*(2). https://doi.org/1022235/cp.vl4i2.2201

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª Ed.). Atlas.

Gonçalvez, A. L., Caramaschi, S., & Feijó, M. R. (2018). Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: Um estudo qualitativo. *Pensando Famílias, 22*(1). http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v22n1/v22n1a04.pdf

Goulart, I. B. (2002). *Psicologia organizacional e do trabalho: Teoria, pesquisa e temas correlatos*. Casa do Psicólogo.

Helal, D. H., & Rocha, M. (2011). O discurso da empregabilidade: O que pensam a academia e o mundo empresarial. *Cadernos EBAPE.BR, 9*(1), 139-154. https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100009

Lipp, M. E. N., Pereira, M. B., & Sadir, M. A. (2005). Crenças irracionais como fontes internas de stress emocional. *Rev. bras. ter. cogn., 1*(1), 29-34. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872005000100004&lng=pt&nrm=iso

Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2003). Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: O parceiro como instrumento de legitimação do "eu". *In Anais Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial* (p. 1-13). http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/trabGeral.htm

Mandelbaum, B., & Ribeiro, M. (2017). *Desemprego: Uma abordagem psicossocial*. Blucher.

Nardi, H. C. (2010). Ética e trabalho: Do código moral à reflexão ética no contexto das transformações contemporâneas. In Bitencourt, C. *Gestão contemporânea de pessoas: Novas práticas, conceitos tradicionais* (2ª Ed.). Bookman.

Neves, D. R., Nascimento, R. P., Felix Jr., M. S., Silva, F. A., & Andrade, R. O. B. (2018). Sentido e significado do trabalho: Uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. Cad. *EBAPE.BR, 16*(2). https://doi.org/10.1590/1679-395159388

IBGE. *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua mensal.* Rio de Janeiro: IBGE, 2021. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisanacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30789&t=serieshistoricas

IBGE. *Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística.* Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Lucena, M. M. (2019). Desalentados: O avanço do desemprego oculto e os esforços do governo do Maranhão através dos programas Mais Emprego e Mais Empresas. In Desenvolvimento Regional, Processos, Políticas e Transformações Territoriais, Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19315

Perlin, G. D. B. (2006). Casamentos contemporâneos: Um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal. [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/handle/10482/9274

Pochmann, M. (2016). Política de ajuste econômico e desemprego no Brasil metropolitano nos últimos 35 anos. In Macambira, J.; Araújo, T. P.; & Lima, R. A. (Eds.). Mercado de trabalho: Qualificação, emprego e políticas sociais (pp. 11-16). IDT.

Sapienza, G.; & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em estudo, 10*(2), 209-216. https://www.scielo.br/j/pe/a/stYqQ6cvpzPJRdqFwRr8NtH/?lang=pt&format=pdf

Sennett, R. (2005). A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Record.

Silva, A. P., & Blanchette, T. G. (2017). Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. *Cad. Pagu, 50*(e175019). https://doi.org/10.1590/18094449201700500019

Vanalli, A. C. G. (2012). The balancing of paid work, marital relationships and parenting involvements among men and women with young children. [171 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas]. Universidade Federal de São Carlos. https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5975

Vieira, É. D., & Stengel, M. (2010). Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade. *Aletheia, 32*, 147-160. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200012&lng=pt&nrm=iso

Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In Walsh, F. (Ed.). *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade*. Artmed.

7. Estudo 2

Os participantes da pesquisa se apresentam de forma bastante variada em termos sociodemográficos. Antes de apresentar os resultados, é importante citar que os 10 participantes, divididos nos grupos 1 e 2, possuem idades que variam entre 21 e 43 anos. Dentre os participantes do grupo 1, o tempo de relacionamento varia entre 6 e 20 anos. Já no grupo 2, entre 2 e 9 anos.

O grupo 1 foi constituído de 4 casais heterossexuais e 1 casal homoafetivo e apenas dois destes casais estavam oficialmente casados, sendo que o restante estava morando junto (configurando-se como uma relação de união estável) por, no mínimo, 2 anos. Já no grupo 2, a totalidade dos casais era de constituição heterossexual, sendo que quatro casais eram casados e um casal vivia em união estável. Quatro dos casais do grupo 1 possuem casa ou apartamento próprio, e um casal reside em casa alugada. Já no grupo 2, um casal possui casa própria, dois residem em apartamentos alugados e dois moram em casas cedidas por familiares.

Em relação à renda média dos participantes, no grupo 1, somando as rendas dos dois cônjuges, há variação de 3 a 5 salários-mínimos (salário-mínimo nacional de R$ 1.212,00 na data da realização da coleta de dados) a 6 a 8 salários-mínimos. Já no grupo 2, quatro casais recebiam de 1 a 2 salários-mínimos e um casal recebia uma renda superior a 5 salários-mínimos, sendo que apenas um dos cônjuges estava tendo renda no momento. No grupo 1, com exceção de dois integrantes do sexo masculino, todos cursaram ensino superior. Já no grupo 2, com exceção de dois participantes do sexo masculino, todos se formaram no ensino superior ou estão fazendo faculdade.

A fim de facilitar a leitura do texto a seguir, organizamos as caraterísticas dos participantes em tabela (Tabela 1):

Tabela 1: Características dos participantes da pesquisa.

Casal	Situação	Filhos	Tempo de relação (condição de conjugalidade)	Moradia	Escolaridade	Renda
Jorge e Bruno	Oficialmente casados	Valentina e Breno	8 anos	Apartamento próprio	J- Ensino médio completo B- Pósgraduação (especialização)	J- 1 a 2 salários mínimos B- 3 a 4 salários mínimos
Roberta e Diego	Oficialmente casados	Gabriel	6 anos	Casa cedida por familiares	R- Superior incompleto D- Pósgraduação (especialização)	R- desempregada D- 2 a 3 salários mínimos
Igor e Mariana	Oficialmente casados	-	17 anos	Casa própria	I- Ensino médio completo M- Pósgraduação (especialização)	I- 3 a 4 salários mínimos M- 3 a 4 salários mínimos
Carina e Guilherme	Oficialmente casados	-	2 anos	Casa Alugada	C- Superior incompleto G- Superior incompleto	C- desempregada G- 1 a 2 salários mínimos
Renata e João	Oficialmente casados	-	2 anos	Casa própria	R- Superior completo J- Ensino médio completo	R- 1 a 2 salários mínimos J- desempregado
Davi e Lúcia	Oficialmente casados	-	4 anos	Casa própria	D- Superior completo L- Superior completo	D- 4 a 5 salários mínimos L- 2 a 3 salários mínimos
Adriana e Wagner	Oficialmente casados	-	3 anos	Casa cedida por familiares	A- Pósgraduação (especialização) W- Pósgraduação (especialização)	A- 2 a 3 salários mínimos W- 2 a 3 salários mínimos
Sandra e Carlos	Oficialmente casados	-	7 anos	Casa cedida por familiares	S- Superior completo C- Pós-graduação (cursando mestrado)	S- desempregada C- 6 salários mínimos
Maria e José	Oficialmente casados	Enzo	4 anos	Casa alugada	M- Superior completo J- Pós-graduação (cursando doutorado)	M- 2 a 3 salários mínimos J- 2 salários mínimos
Pedro e Aline	União estável	-	3 anos	Apartamento alugado	P- Superior incompleto A- Pós-graduação (cursando especialização)	P- desempregado A- 1 a 2 salários mínimos

Fonte: Os autores.

Apresentamos a seguir as categorias resultantes do processo de tratamento dos dados conforme proposto por Bardin (2011) e após análise realizada em sistema duplo-cego por três pesquisadores diferentes. Considerando as três grandes dimensões aqui estudadas (trabalho, conjugalidades e desemprego), segue abaixo (Tabela 2) as categorias que adiante analisaremos à luz de nosso referencial teórico.

Tabela 2 – Categorias formuladas a partir das entrevistas aos participantes da pesquisa após submissão à técnica de Análise de Conteúdo.

Categoria	**Subcategorias**
Narrativas da conjugalidade	Definições e ideais
Divisão de responsabilidades	Tarefas domésticas
	Divisão de finanças
	Parentalidade
	Papéis de gênero e diferença salarial
Trabalho	Significado do trabalho
	Trabalho como sobrevivência
	Trabalho como fonte de realização
	Trabalho como fator de risco
Desemprego	Vivências negativas
	Vivências positivas
Equilíbrio trabalho, família, lazer e conjugalidades	Trabalho como fator de proteção
	Trabalho como fator de risco
	Vivências da sexualidade
	O papel da família

Fonte: Os autores.

Com o objetivo de demonstrar o conteúdo mais significativo presente na narrativa dos participantes da pesquisa e que dão consistência às categorias relacionadas na tabela 1, a seguir, destacamos alguns trechos retirados das

transcrições integrais das entrevistas. É importante destacar que as entrevistas suscitaram muitos assuntos, que, aliás, estão para além dos objetos de estudo desta pesquisa. Uma das pautas que se fez muito presente em todas as categorias foi a questão de gênero. Tentaremos, portanto, não deixar de lado esse importante fator, ao mesmo tempo fazendo permanecer em foco as principais dimensões desse trabalho.

Importa destacar aqui que os nomes postos entre parênteses após cada trecho de fala transcrita não é o nome verdadeiro do participante da pesquisa, mas sim um nome fictício em substituição ao mesmo, objetivando garantir o anonimato e sigilo em relação às identidades daqueles que nos concederam as entrevistas e conforme acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por todos assinado.

7.1. Narrativas das conjugalidades

Quando se coloca em pauta os ideais e as **definições** que os participantes têm de conjugalidade, respostas como estas abaixo foram bastante comuns:

> (...) um apoiando o outro independente da situação, um apoiando os sonhos do outro, isso mais importante do que qualquer outra coisa. (Aline)
>
> (...) tentar entender as diferenças, é natural que exista diferenças, ela nasceu numa casa, eu cresci em outra, crescemos em casas diferentes, de jeitos diferentes, então quando você se une com uma pessoa, vai ter diferenças naturais. (Pedro)
>
> Parceria em todos os sentidos, igual ela falou. Para manter isso, precisa de diálogo, respeito e tudo que uma parceria demanda né, seja ela comercial, seja ela amorosa. (José)

Na fala desses e de outros participantes, encontram-se expectativas de relacionamentos com parceria, diálogo e compreensão mútua. A conjugalidade é, em

si, um projeto de vida em comum, e se contar com elementos como amor, compreensão, aceitação do outro em sua singularidade e autonomia, é um fator de proteção diante das dificuldades da vida (ALMEIDA; ROMAGNOLI, 2019). O participante Pedro cita o fato de que ambos nasceram e cresceram em lares diferentes. Se relacionar envolve construir novos padrões de conjugalidade, recebendo a influência de padrões relacionais que observaram ao longo da vida, como a relação conjugal dos pais e de familiares. Portanto, o funcionamento de um casal recebe ressonâncias de padrões relacionais anteriores (ALVES-SILVA et al., 2016).

Outros casais, ainda, além de citarem a questão da parceria e do diálogo, acham importante que a igualdade faça parte do relacionamento:

> Eu acho que os dois tem... poder de fala, poder de voto, digamos assim, de forma igual sabe. Não é aquela coisa de antigamente, que era tipo, o homem falava e a mulher tinha que ficar quieta. (Sandra)

A participante acima relembra a existência e influência dos padrões de gênero, algo que aparece muito nas respostas dos entrevistados. A forma como um casal se organiza, na prática e subjetivamente, recebe influência de representações de gênero, um fenômeno histórico e cultural. Em épocas mais remotas, era mais comum que se esperasse um comportamento mais passivo da mulher, uma certa submissão, como aponta a participante Sandra em sua colocação (LIPP, 2005). Sandra, em sua fala, anuncia que novos padrões de relação estão se estabelecendo, mas, como pudemos ver nas entrevistas, não é fácil livrar-se desses padrões históricos, que ressoam até hoje nas relações conjugais, em especial por força do machismo. Veremos mais exemplos nas falas mais adiante.

Tais falas também incluíram descrições de como lidam com suas individualidades. Muitos casais contaram que não fazem uma separação de atividades

em termos de lazer, esporte e amizades, e que preferem fazem tudo isso juntos. Alguns casais têm atividades mais individuais, como o participante Jorge, por conta de sua rotina e relação com o trabalho, como conta abaixo:

> (...) às vezes eu chego em casa muito cansado né, muito esgotado assim, com clínica e tal, eu não posso abrir nada, eu não posso falar o que tá acontecendo, até por conta das questões de sigilo e ética, do código de ética. Eu acho que eu tenho mais atividades separadas do que ele, ele, ele faz mais coisas com a gente, com todo mundo junto, do que eu. Eu tenho mais tempo separado de todo mundo, por conta do trabalho e por conta de atividade física, que eu faço mais que todo mundo aqui nessa casa. (Jorge)

Jorge conta, através dessa e outras falas, da importância de suas atividades individuais para sua saúde mental. Compartilhar frustrações sobre o trabalho e compartilhar sentimentos com os parceiros pode ser um fator de proteção, porém Jorge, impedido pela ética, acaba reprimindo suas ressalvas em relação ao trabalho, o que o deixa sobrecarregado. Por essa razão, opta por valorizar sua individualidade e fazer atividades das quais gosta.

Lúcia e Davi também valorizam a individualidade dentro do âmbito do relacionamento, como aparece neste fragmento discursivo:

> (...) é, parceria né, então a gente se ajuda. Ela tem os sonhos dela, eu tenho os meus e sempre um vai apoiando o outro, cada um, mesmo tando junto, cada um tem um objetivo diferente, pessoal, profissional, então a gente sempre vai se ajudando. (Davi)

A individualidade, na relação de Davi e Lúcia, aparece como uma forma de autonomia. Ter autonomia e individualidade dentro da relação permite que ambos os sujeitos deem continuidade no seu autodesenvolvimento, o que traz maior horizontalidade e equilíbrio na relação (ALMEIDA; ROMAGNOLI, 2019).

O casal Pedro e Aline, em questão de individualidade, têm uma dinâmica diferente. Pedro tem o hábito de, às vezes, fazer atividades separadas, como sair com amigos e jogar vídeo game. Já Aline, conta que:

> (...) o Pedro, hoje, é o meu melhor amigo. Eu não tenho muitas relações fora desse relacionamento, então isso é um problema, porque acaba causando uma certa dependência emocional que eu tenho dele, tenho ciência disso. Eu entendo também que, às vezes, ele precisa do tempo dele, então pra mim tudo bem também, e acho que a gente se dá bem com relação a isso. (Aline)

Pode ocorrer que a demanda de atividades separadas e individuais seja variável de pessoa para pessoa. É uma particularidade que deve ser respeitada. Porém, a questão da individualidade também pode receber a influência dos padrões relacionais familiares e até mesmo de padrões de gênero, já que, se a mulher estiver sobrecarregada com o trabalho e também com as funções do cuidado da casa e dos filhos, pouco tempo sobra para sua individualidade.

7.2. Divisão de responsabilidades

Em relação às responsabilidades, os casais se dividem em quatro quesitos: tarefas domésticas, finanças, parentalidade e papéis de gênero e diferença salarial.

Nesse tópico, muito se falará sobre negociações práticas que o casal faz para conviver. Essas negociações denunciam as relações de poder estabelecidas dentro da conjugalidade, influenciadas pela subjetividade de cada e pelas características de gênero. Relações de poder são construções sociais, econômicas e políticas. A comunicação sistêmica estabelecida pelo casal inclui funções sociais, regras e papéis

que vão muito além da particularidade daquele casal, mas de toda a história das subjetividades masculina e feminina (BORIS, 2012).

Vários dos casais entrevistados, principalmente os casais em que ambos os cônjuges estão empregados, se dividem de forma igualitária nas tarefas, como é o caso de Igor e Mariana:

> A gente pensa assim, os dois trabalham, então os dois tem que dividir, né. Não é tanto por eu ser mulher eu tenho que fazer tudo, ele me ajuda muito. (Mariana)

Apesar de afirmarem que a relação dos dois é horizontal em termos de divisão de tarefas, Mariana utiliza o termo “me ajuda”, termo que apareceu frequentemente na fala de outras entrevistadas quando descreviam a participação dos maridos nos afazeres domésticos. É como se o fato de o marido estar fazendo tarefas domésticas fosse “uma ajuda” às esposas. O termo usado por elas pode apontar uma representação do papel feminino na sociedade, de forma inconsciente, como se fosse intrínseco a sua feminilidade dar conta do trabalho doméstico e parental, e a participação do homem fosse uma “ajuda”. Atualmente observa-se que modelos impostos pelo sistema patriarcal de papéis de gênero mesclam-se com novas formas de se relacionar que se pautam em igualdade, influenciadas por mudanças recentes nas relações de gênero. É também no discurso e nos elementos verbais que podemos observar essas relações de poder, tanto para identificar modos de dominação, quanto para identificar a cumplicidade e a reciprocidade (BORIS, 2012).

Aline também comenta da **divisão de tarefas domésticas** de acordo com os papéis de gênero:

> Eu cresci numa casa onde as mulheres sempre fazem tudo, então, tipo, quando se reunia a família, as mulheres depois limpavam tudo e os homens ficavam de boa conversando, e o Pedro cresceu numa realidade parecida (...) então, quando a gente veio morar juntos, isso foi um grande problema (...) a gente foi realmente ter uma discussão sobre isso há pouco tempo, e de lá pra cá, realmente o Lucas tem assumido mais atividades. (Aline)

É muito interessante o quanto os papéis de gênero, social e culturalmente estabelecidos na história de desenvolvimento da humanidade, acabam influenciando a dinâmica conjugal. Aline conta sobre um padrão familiar, o qual, dialogando com Pedro, puderam juntos transformar. Observa-se aqui a importância do diálogo para rever negociações e mudar padrões de relacionamentos, que certamente concorrem para o êxito da relação.

Jorge e Bruno são um casal homoafetivo, e Bruno é quem assume a maior parte das tarefas domésticas, por ter um volume de trabalho menor do que o de Jorge. Na fala abaixo, contam que os seus filhos, mesmo ainda crianças, já percebem tais papéis:

> Eles brincam, eles falam que eu sou a mãe, por eu cozinhar, limpar a casa, essas coisas. (Bruno)

Mesmo pequenas, as crianças já percebem, pela convivência com a família e na escola, que existem papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Bruno é associado à mãe, por desempenhar funções reprodutivas, que como já ditas aqui, relacionam-se com a figura da mulher; o papel feminino na estrutura sócio-familiar.

Já em relação à **divisão de finanças**, os casais se dividem entre a administração da finança e o pagamento propriamente dito. Carlos e Sandra, por exemplo, se organizam dessa forma:

> Só eu tô trabalhando, então a administração das finanças meio que fica só pra mim, e isso não significa que só eu decido como vai ser usado o dinheiro. Só significa que eu controlo a finança. (Carlos)

Sandra, no momento, está desempregada, portanto, têm desempenhado maior papel na parentalidade e nas tarefas domésticas. Carina, assim como Sandra, também está desempregada, mas apesar disso, é ela o cônjuge responsável pela administração das finanças, e deixa Guilherme, seu marido, ciente de todos os gastos:

> Ela tá mostrando onde vai o dinheiro, mas não porque, 'eu quero saber onde tá indo meu dinheiro', não. É mais pra nós dois tá sabendo o que tá acontecendo, justamente pra não ter esse desencontro de informação. (Guilherme)

Nas falas acima, de Carlos e Guilherme, podemos pensar que a dinâmica de preservar a função administrativa do cônjuge que está desempregado pode ser importante, pois trata-se tarefas e responsabilidades como coletivas, não deslegitimando o papel de nenhum dos cônjuges na manutenção destes, ainda que momentaneamente sem condições de contribuir financeiramente. Porém, quando o parceiro tem essa função retirada, por exemplo pelo desemprego, pode existir um sentimento de menos valia. Roberta, casada com Diego, se queixa da forma como a divisão das finanças é feita, pois está desempregada, não tem nenhuma renda, e não sabe quanto o marido ganha. Roberta, ao descrever sua participação nas decisões financeiras, diz:

> Eu decido os simples e ele decide os importantes. (Roberta)

O marido de Roberta é quem arca com a totalidade dos gastos da casa. Apesar de fazer toda a função de cuidado com a casa e com o filho do casal, Roberta carrega a percepção de decidir apenas coisas simples, e o marido, coisas importantes. A vivência de Roberta e de muitos outros cônjuges desempregados deixa evidente que ter uma participação financeira confere um sentimento de utilidade na manutenção da família, um outro nível de participação e, portanto, mais valorizado. Isso favorece a política relacional dos casais, pois ambos se sentem valorizados de forma pessoal (BORIS, 2012).

No fragmento de fala abaixo, Roberta relata se sentir desvalidada em suas necessidades individuais, que são tratadas como supérfluas:

> (...) eu não gosto de ficar em casa, eu gosto de trabalhar, ter meu dinheiro, ter minhas coisas, então como os fixos ficou pra ele, eu comprava as minhas coisas de menina né, de mulher, porque pra ele, nada é necessário. (...) ele ficava com os importantes e eu ficava com os supérfluos né que são as roupas, sapatos, camisa, que pra homem isso nunca é importante, mas é né. (Roberta)

Não houve aqui, a partir do momento que Roberta sai de seu emprego, a junção e o diálogo de subjetividades e opiniões a respeito das finanças, e o poder econômico se concentra no marido, quem tem o poder da compra e de sustentar a família (função provedora). Isso traz desigualdade e verticalidade para a relação, gerando insatisfação para Roberta. Além dessa questão, a fala acima remete a uma divergência de opinião entre os cônjuges com relação ao que é necessário e ao que é supérfluo. Algumas esposas se queixam de que seus maridos não gastam com roupas, sapatos e itens do gênero. Esse fato também se revela na fala abaixo:

> (...) roupa, essas coisas, ele não liga, então eu vou lá, vejo que ele tá precisando de uma coisa, eu vou lá...o José, ele é mais para investir. (Maria)

Mariana resume, com sua fala, de que alguns gastos, principalmente relacionados a cuidado, são vistos como femininos:

> Comida, casa, essas coisas, é com ele, aí eu já fico mais com a parte de roupa (...) compro as coisas pra casa, né, móveis essas coisas assim. Mais a parte feminina eu falo, que é a parte de porcariada, de decoração, essas coisas que eu gosto, planta, nem se fala. (Mariana)

O que cada um dos cônjuges considera necessário também tem influência dos padrões de gênero. Itens de cuidado, higiene e beleza ficam por conta das mulheres, que se queixam sobre o desinteresse dos maridos nesses itens. Aqui, novamente a mulher fica com a função do cuidado, pois muitas relatam que precisam ficar atentas às necessidades dos maridos na compra de roupas, sapatos, perfume e outros itens, pois os mesmos não se atentam.

Em relação à **parentalidade**, muitos casais se dividem de forma igualitária nos papéis, mas quando existe a situação do desemprego, essa dinâmica pode mudar, como é o caso de Sandra e Carlos:

> Atualmente ele faz toda parte financeira, tipo trabalhar 12 horas por dia, e eu faço todo o resto das funções que são da casa (...) eu praticamente não tenho renda nenhuma, o meu dinheiro é quando sei lá, meus pais falam assim 'nossa tó de presente aqui alguma coisa'. (Sandra)

Nessa fala de Sandra, voltamos à discussão sobre a importância de que as necessidades individuais sejam validadas. Sandra está desempregada e apenas tem renda individual quando ganha de presente dos pais algum dinheiro. Está tendo suas

necessidades básicas supridas, já que o marido ficou responsável pela manutenção econômica da casa. Mas e sobre as necessidades pessoais de Sandra? Há tempo e dinheiro para realizá-las, ou sequer desejá-las? Algo que, segundo a literatura já apontada, ressoa na satisfação conjugal e pessoal.

Pensando ainda na fala de Sandra, podemos pensar que, algumas vezes, as divisões de responsabilidades podem incluir uma **questão de gênero**. Algumas formas de divisão acabam por desfavorecer as mulheres e colocá-las em situação de sobrecarga, como relatam as participantes:

> Mesmo ele me ajudando, em alguns momentos eu sinto um pouquinho o peso da maternidade. Pra mim eu sinto o peso um pouquinho maior (...) ele é muito participativo, eu vejo como isso é bom, pro Enzo. Mas, por exemplo, ah, precisa pegar uma roupa tal, ele não sabe onde tá. (...) ele faz, mas eu tenho que ficar relembrando. Eu me sinto um pouco sobrecarregada (...) as vezes eu também esqueço. (Maria)

As responsabilidades do cuidado com os filhos, de forma enraizada, podem ser tratadas aqui como algo “inerente” à feminilidade, já que Maria precisa se lembrar de fazer tudo e também orientar o marido, algo que gera cobrança e sobrecarga. Ser “participativo” talvez seja muito pouco perto do necessário para a equiparação de tarefas entre homens e mulheres na parentalidade. Pode acontecer, como na fala abaixo, uma falta de reconhecimento do trabalho de casa, como se fosse menos importante que o trabalho fora de casa:

> A pessoa achar que você é empregada. Como eu fico em casa, eu não exijo que o Diego faça nada, mas eu só exijo que mantenha o que eu já fiz. Aí roupa no chão do banheiro que ele diz que vai catar mas se eu não falar ele não volta catar né... nunca mais lavou uma louça da janta (...) acho que há falta do reconhecimento também. (Roberta)

Nessa e em outras falas de Roberta, fica explícito o sentimento de inferioridade que estar desempregada a traz. Não se sente reconhecida exercendo o trabalho doméstico-reprodutivo e sente falta de ter o próprio salário. Ter um salário traz o sentimento de poder para o sujeito, de maior liberdade e autonomia, pois produz algo em prol de uma comunidade com suas próprias potencialidades, gerando o sentimento de pertencimento e empoderamento (AEROSA, 2019). Dentro de uma relação, sentir-se em débito com as funções financeiras ou não reconhecido nas funções exercidas pode suscitar inseguranças no parceiro, impactando negativamente na qualidade da relação conjugal (MANDELBAUM; RIBEIRO, 2017).

Estar em uma relação conjugal satisfatória prescinde de conhecer e respeitar os limites um do outro. O conhecimento de si e do outro facilita a troca e a negociação dentro do casal (BORIS, 2012). Nas falas acima, Roberta e Maria estão falando, também, de seus limites e de seu desejo de maior horizontalidade na parentalidade em relação aos parceiros.

Ainda sobre a questão de gênero, destacam-se as falas de dois casais sobre a diferença salarial enfrentada na vida financeira:

> Quando eu ganhava mais, não sei se era um sentimento dele se sentir menosprezado porque eu ganhava o dobro dele, ou... (...) a gente vivia tendo esse tipo de briga. (Renata)
>
> Eu tava me sentindo incomodado com a situação por exemplo que eu tava passando, e daí tipo, é meio que natural na nossa sociedade o homem trabalhar, ter, tipo meio que garantir o sustento. E nossa casa não tava assim, eu conversei com ela e isso me afetava, aí nós fomos conversando e, tipo, pra ela, eu acho que ela acha de boa, só que pra mim, eu me incomodava. Eu tenho tentado lidar com isso melhor hoje. (Pedro)

Acima, vemos que os maridos se incomodaram em receber um salário inferior ao das esposas, gerando brigas e desentendimentos. Diante da expectativa do papel

social do homem, há o sentimento de inferioridade masculina, como se estivessem pecando, ou em dívida, enquanto homens detentores da função econômica na família. Sentindo-se impotentes e deslegitimados em suas funções, conflitos são gerados e a família é impactada.

7.3. Trabalho

Ao longo das narrativas sobre o trabalho apresentadas pelos participantes, algumas **definições** se destacam:

> A gente não pode negar que trabalho é o que define a gente. Quando eu vou me apresentar em algum lugar, eu falo: eu sou o José... é a primeira coisa que eu menciono, sou José, sou professor, sou físico, então, primeiro, é o que define a personalidade, é o que permite eu ser quem eu sou, sabe, eu acho que sem o exercício do trabalho, a gente não consegue ser... nós não conseguimos ser nós mesmos. (José)

> Trabalho é identidade (...) cê vai olhar a reportagem tem seu nome e embaixo sua profissão, isso quando teu sobrenome não é uma profissão. (Carlos)

Os participantes, em suas falas, dão vida à teoria, associando trabalho à identidade e à autorrealização. É interessante que alguns visualizam o trabalho enquanto fonte de realização pessoal e dão um significado mais afetivo ao ato de trabalhar. Já outros, apenas como necessário, como fonte de renda com forte vínculo à necessidade de sobrevivência. Abaixo, os participantes dão um **significado mais financeiro ao trabalho**:

> Pra mim acho que o significado de trabalho é ter uma fonte de renda né, criar contatos (...) o principal do trabalho é a fonte de renda e desenvolver algumas habilidades, claro. (Guilherme)

> Satisfação é com salário, com as coisas, porque sempre você quer mais né. Nunca menos. (João)
>
> Eu vejo oportunidades, então, se amanhã eu tiver uma oportunidade de fazer uma outra coisa que eu goste, também que vai ser mais rentável pra mim, eu trocaria sem pensar duas vezes. (Davi)
>
> A importância é o lado financeiro, quer dizer, quanto mais eu trabalhar, mais eu vender, mais eu vou ganhar, né, então eu foco mais no financeiro. Vai vender mais, vai ser bom pra todo mundo (...) é uma troca né, a gente dá o nosso tempo a troco de dinheiro na verdade. (Wagner)
>
> (...) fica menos em casa, a gente aproveita menos a vida. Então eu não sou muito pra esse lado do serviço sabe. Tem que trabalhar só o que tem que trabalhar e tá bom. Chega. Saiu de lá, acabou... né. Volta pra casa, só no outro dia... a gente não é insubstituível (...) então não me apego muito a isso. (Igor)

Alguns consideram que trabalhar é algo como que oposto a aproveitar a vida, como coloca Igor na última fala. As falas acima transparecem visões de trabalho essencialmente econômica e de sobrevivência, e, curiosamente, são falas masculinas.

Abaixo, o trabalho aparece tendo um **significado mais afetivo**:

> Para mim o significado do trabalho é uma boa parte de um sentido né, de uma realização do projeto de vida e a importância é extrema (...) é o nosso ganha pão, é o que paga as contas, é onde eu me capacito, me desafio, onde eu aprendo, então... a importância é extrema pra mim nesse sentido. (Murilo)
>
> É a minha terapia. Então eu penso que é isso, é questão da identidade, da função, basicamente, ser útil, né, penso que é ser útil. (Vinicius)
>
> Eu me sinto assim realizada, quando eu vejo que as crianças tão se desenvolvendo, estão aprendendo, né. Então eu vejo isso como uma parte positiva pra mim, eu gosto muito do que eu faço e vou cada vez tentando me aperfeiçoar mais e melhorar pra poder atender as crianças. (Adriana)
>
> O trabalho pra mim é meio que quase que um significado de vida sabe, tipo, pra mim é meio que o que eu sou (...) é aquela leve ilusão de mudar o mundo sabe, então eu realmente gosto (...),

> alguma coisa que eu tenho autoridade, alguma coisa que eu sei fazer e que as pessoas me respeitam por aquilo que eu sei fazer. (Sandra)

Sugere-se que quando as mulheres dão um significado mais afetivo para o trabalho, como nas duas últimas falas e também em outras participantes, essa visão recebe influência do significado do trabalho na própria história das mulheres, ou seja, um papel emancipatório, que pôde permiti-las ser um sujeito ativo e autônomo, que pode escolher seus fazeres ao invés de tê-los impostos pela sociedade como algo inerente a sua feminilidade, como ocorre com o trabalho doméstico na situação das mulheres desempregadas ou que optaram por não trabalhar fora.

Muitas vezes, o trabalho pode ser um **fator de risco** para as pessoas, ou seja, o contrário da realização pessoal e do desenvolvimento, como se nota nas vivências relatadas abaixo:

> O trabalho atrapalhou, me desgastou, me frustrou, porque querendo ou não, eu assumi a gestão de um polo de uma faculdade sozinha, tive que treinar equipe, fiz muitas coisas que eu não deveria fazer como estagiária, que é até fora da lei, só me frustrou e atrapalhou, entende? Então eu chegava em casa estressada por causa do trabalho e eu não tinha um retorno financeiro bom pra eu fazer um acompanhamento psicológico, por exemplo. (Carina)

> Rotina tá um pouco caótica ultimamente, mas, não posso dizer que é a melhor das relações com meu trabalho não, tô bem sem vontade de continuar fazendo pesquisa, com toda essa situação política aí que a gente tá vivendo, isso me desanima muito mesmo, ver as prioridades que o governo tá dando e é uma coisa que não vai mudar, não tem um horizonte de melhora, não tem um horizonte de mudança, de filosofia política, econômica, etc. (...) Tô com tanta dificuldade pra fazer tudo, não é nem por conta de rotina com criança, em casa, nem nada, é por falta de vontade, não tenho motivação pra fazer o que eu tenho que fazer. (José)

> Chegava em casa e tipo eu precisava todo dia dormir. Chegava, muitas vezes não queria conversar, falava: eu preciso dormir senão eu não vou conseguir. Daí tipo de manhã eu acordava

> vomitando, me afetou uma parte de saúde, então quando afeta numa parte de saúde afeta tudo. (Davi)

O trabalho, quando vivenciado de forma prejudicial, influencia negativamente no bem-estar, na autoestima e no sentimento de realização pessoal dos sujeitos. Com isso, também ressoa nas relações conjugais e familiares, algo manifestado nas falas acima.

7.4. Desemprego

O desemprego foi apontado nas falas dos participantes muitas vezes como uma vivência com resultados **positivos** para a conjugalidade. Renata descreve o período em que ficou desempregada e se refere ao marido como rede de apoio:

> Eu falei pra ele, meu amigo é você, quem tá do meu lado é você. Às vezes, é chato, massacrante, ele me vê chateada, me vê triste, mas... foi mais apoio. (Renata)

O aspecto positivo do desemprego aparece na vivência de Renata como uma reafirmação do vínculo, uma rede de apoio. A conjugalidade e o apoio oferecido dentro dela fortalece o vínculo, consistindo em um fator de proteção diante da vivência do desemprego.

Aline e Pedro avaliam que o desemprego os ensinou a funcionar de forma mais colaborativa, tanto nas tarefas domésticas, como em relação às finanças:

> Eu acho que mudou tanto financeiramente quanto pessoalmente, tanto psicologicamente, mudou tudo a nossa forma de enxergar as responsabilidades de cada um em casa, a questão financeira, abrir mão de ser individualista em relação a isso, a ser mais colaborativo um com o outro, pensar como um só em vez de dois, mudou vários âmbitos. (Aline)

Passar por uma vivência de desemprego e precisar unir esforços e unir rendas e responsabilidades fez com que Aline e Pedro ressignificassem o que é conjugalidade. A partir dessa vivência, passaram a ter um significado mais coletivo de conjugalidade, um projeto de vida em comum propriamente dito, compartilhado.

Carina e Guilherme contam que foi um alívio para a relação dos dois o fato de Carina não mais chegar estressada em casa, ou seja, para este casal o desemprego foi significado como uma ocorrência positiva. Contam um pouco no seguimento abaixo:

> Foi bom, atingiu de uma maneira positiva o nosso relacionamento. Só a parte monetária que, que atrapalhou, mas não de uma forma totalmente negativa também porque a gente ainda consegue se virar, igual eu falei, que nem eu falei pra ela, enquanto eu conseguir, enquanto pelo menos um de nós tá conseguindo pagar né, pros dois continuar com a vida, não tem problema, se essa pessoa for eu, eu nunca vou chegar nela e cobrar 'você tem que trabalhar', não, não acho isso justo. Então foi, foi muito mais ponto positivo do que negativo, porque negativo, a parte financeira atrapalhou um pouco, mas tudo bem, a gente tá bem melhor agora. (Guilherme)

Em vista do caráter prejudicial que tinha o trabalho de Carina, livrar-se dele acabou trazendo mais pontos positivos para a sua relação e para si mesma do que pontos negativos relacionados ao desemprego e como se verifica em grande parte da população.

Os aspectos dolorosos do desemprego também foram apontados pelos participantes. Roberta e Diego tiveram um impacto **negativo** em seu relacionamento, já que Roberta se sentia sobrecarregada e sentia falta de ter sua própria fonte de renda, sem ter que pedir dinheiro para o marido, destacando uma parte importante da preocupação feminina diante do desemprego:

> Hoje dá mais briga né, porque antes eu simplesmente fazia e pagava. Hoje tem que pedir, uma coisa que eu não gosto de fazer, falar 'olha, as roupas do seu filho estão curtas, tão pequenas, os sapatos tá pequeno, os chinelos não servem' (...) isso gera bastante briga aqui em casa, porque pra ele é desnecessário, então eu tenho que ficar pedindo. (Roberta)

> Principalmente depois que eu me tornei mãe, trabalhar me ajudava a ser Roberta de novo né, não a mãe de alguém. Não servir alguém. Servia, lógico, mas remunerado. Aqui em casa eu não sou remunerada (...) serviço de casa é maçante, é chato, todo dia você faz o que tem pra fazer né, então trabalhar pra mim, sair de casa, conversar com pessoas, então era muito importante essa vivência de trabalho. (Roberta)

Quando um dos parceiros está desempregado, a função econômica de sustentar a casa aglutina-se para apenas o parceiro que está empregado. Por consequência, o poder também se centra sobre esse cônjuge empregado. Gera-se dependência e impotência do cônjuge desempregado, tornando a relação assimétrica (BORIS, 2012), que é o que aconteceu com Roberta. Roberta se sente menos importante em suas funções do que seu marido, que exerce a função econômica (provedora) e sai de casa para trabalhar. Ela manifesta seu desejo de trabalhar, pois enxerga o ato de trabalhar como alternativa de resgate da sensação de potência e emancipação.

Quando ambos os cônjuges estão empregados e possuem suas carreiras e fontes de renda, as parcerias financeiras ocorrem de forma mais igualitária e equilibrada. Quando a configuração do casal segue um modelo mais patriarcal e, por conseguinte, as funções econômicas concentram-se nos homens, pode ocorrer uma supervalorização das atividades profissionais e uma desvalorização do trabalho doméstico (BORIS, 2012), como transparece nas falas de Roberta.

O sentimento de inutilidade causado pelo desemprego também foi citado por outros participantes da pesquisa:

> Acho que afeta um pouco mais o ego, não sei se seria essa palavra. Porque você começa a se sentir meio inútil (...) não tô fazendo nada, preciso fazer alguma coisa, não consigo ficar em casa e cuidar de casa, ser dona de casa, então... pra mim foi um pouco ruim. (Lúcia)

Estar impedida de agir sobre sua comunidade, seja como consumidora ou como produtora de bens, fez com que Lúcia se sentisse invisível, inútil. Sentimentos estes que podem ressoar no ambiente conjugal e familiar, como veremos a seguir.

7.5. Equilíbrio trabalho, família, lazer e conjugalidades

Cada casal tem uma maneira particular de equilibrar as dimensões: família, lazer e relacionamento conjugal. Através das falas dos participantes, fica evidente o quanto essas dimensões se inter-relacionam. A fala de Carlos é bastante importante nesse sentido:

> Eu vejo a minha conjugalidade com a Sandra de certa forma como um elemento de identidade tanto quanto o trabalho, são coisas separadas, claro que se eu não tô feliz no trabalho, é muito difícil separar e não estar feliz em casa. (Carlos)

Carlos percebe, em suas vivências pessoais, que se uma das áreas de sua vida (no caso, trabalho e relacionamento conjugal) não está bem, a outra sofre consequências. Apesar disso, o relacionamento conjugal pode aparecer como **rede de apoio**, e, portanto, fator de proteção diante das adversidades do trabalho:

> Ela é meu porto seguro. 12 horas de trabalho não é fácil. E chegar em casa e encarar mais 4 horas de trabalho doméstico

> não é fácil. Eu falo pra ela, chegar em casa e ver que tá tudo bem, ver que você tá bem, ver que as crianças tão bem, é aquela ideia do vale a pena...eu vou chegar no dia seguinte, eu vou bancar isso de novo e eu não vou dormir com o *Burnout* hoje. Agora, quando a coisa desanda em casa, aí o bicho pega, aí complica. Quando a casa tá bem, eu aguento o trabalho. Eu uso a conjugalidade como uma fonte de suporte. (Carlos)

O trabalho, porém, pode aparecer como um **fator de risco** no equilíbrio entre as dimensões citadas. Segue abaixo uma fala de Maria em relação ao assunto:

> A gente sente falta disso, desse tempo da gente sair, poder conversar sobre coisas do relacionamento ou de individualidades mesmo. Então, às vezes, eu quero falar sobre alguma coisa legal que eu vi ou ele também, ou o Enzo interrompe, ou a gente precisa discutir alguma coisa que é mais urgente, que por conta da gente não ficar muito tempo junto porque ele trabalha, a gente não consegue falar antes né. (Maria)

Muitas vezes, com a chegada dos filhos, as atribuições de responsabilidades em relação à família acabam se supervalorizando em detrimento aos conjugais, ressoando na satisfação conjugal (BORIS, 2012), como relata Maria acima.

Roberta também descreve um mal-estar na família quando Diego não se sentia feliz no trabalho:

> Ele ficava mal né, porque ele não tava feliz e acaba trazendo isso pra casa, e se ele não tava feliz lá, aqui muito menos, porque chega aqui, o ‘b.o.’ é maior. (Roberta)

A família é um sistema aberto, ou seja, está em constante interconexão com sistemas externos. Transcendendo as características pessoais, a família, portanto, recebe grandes influências do ambiente de trabalho de cada um dos integrantes que

dela fazem parte (FIGUEIREDO; DINIZ, 2018). A fala de Roberta, acima, traz uma importante ilustração desse fato.

Ter um trabalho, segundo alguns participantes, corrobora para uma relação de igualdade no casal, bem como facilita a vivência da individualidade e independência para ambos:

> A gente nessa situação de não ter o nosso dinheirinho, a gente fica à mercê do outro né. Então isso acaba prejudicando tanto psicologicamente quanto essa parte de mulher né, a gente gosta de ter as nossas coisinhas, de ser independente né, isso ajuda muito no ego da gente né. (Mariana)
>
> O homem trabalha a semana inteira, o dia inteiro, quando volta, quer descansar. E a dona de casa, ela tá mais lá em casa, ela quer ação, ela quer sair (...) quando chega, quer sair, quer passear. Agora, os dois trabalhando, a gente pensa igual. (Igor)
>
> Acho bom porque ela indo trabalhar eu tenho meu tempo, fico tranquilo, se ela tá aqui, ela quer mandar muito (...) é porque pro casal, tem que ter o tempo do homem, fazer as coisas que ele gosta de fazer, se é mexer com carro, se é jogar vídeo game, fazer as coisas que ele gosta. E pra mulher também, ela gosta, fica em casa, mexendo com artesanato (...) é legal ter esse tempo dos dois. (Igor)
>
> Como eu saia de casa, me sentia útil né, então você chega em casa melhor né, mais falante, tem coisa pra contar. Por exemplo, o Diego, às vezes, chega, ele tá de bom humor e eu não tô, porque eu tô extremamente cansada (...) então quando eu trabalhava, contribuía mais, com certeza, você é você de novo né, se sente produtiva. (Roberta)
>
> Casa é casa, trabalho é trabalho, então tipo, eu esqueço tudo que tem pra fazer em casa, tudo, e vou simplesmente trabalhar, então isso me faz bem, chegar em casa tarde, eu tô cansada também, janto com ele, e a gente ter aquele momento de lazer. Quando eu não tava trabalhando, eu tava ficando meio doida, eu não queria ficar em casa, queria sair. (Lúcia)

As falas acima são importantes recortes de vivências que atestam o fato de que trabalhar traz maior horizontalidade e igualdade entre os parceiros na relação

conjugal, pois assim, sentem-se legitimados em seus papéis como cidadãos e como cônjuges, ou seja, atuando na esfera macrossocial social, cultural, política, como cidadãos, e na esfera microssocial, no sistema família.

Os participantes, quando descrevem as vivências do casal com a **sexualidade**, mencionam dificuldade no equilíbrio entre as dimensões citadas:

> É importante, a sexualidade, a gente, é bom, enfim, mas depois que o Enzo nasceu, percebo que teve meio que uma mudança de foco, então deu uma dificultada né. Tanto que muitas vezes a gente chega, tipo, nossa, tô com vontade, eu também, mas não tô aguentando, então... (José)
>
> Antes era mais aflorado, agora... não é nem culpa do Gabriel em si, é culpa do cansaço mesmo do dia a dia e, a rotina né, nossa rotina é maçante. (Roberta)
>
> Eu vejo a sexualidade como um elemento da afetividade, você tem uma intimidade com a pessoa, uma afetividade, e a sexualidade, ela é tipo o ponto mais alto nessa escala. E por conta da nossa rotina, a gente não consegue chegar nesse ponto, não que a gente não queira. Por bastante tempo fez falta (...) só que agora que eu não tenho mais energia nem pras minhas outras atividades diárias. (Carlos)

A sexualidade de um casal também é palco de manifestação das relações de poder, pois envolve, assim como outros aspectos da relação, negociações. A intimidade pode promover complementaridade e ressoar em todos os outros aspectos da relação (BORIS, 2012).

Acima, os participantes relatam falta de tempo e dificuldades em equilibrar a sexualidade com as outras responsabilidades da vida. Essas falas são recortes que atestam, como já falado anteriormente, que muitas vezes, com a chegada dos filhos, as necessidades familiares ficam em maior evidência, deixando em segundo plano as necessidades conjugais.

O papel da família dos cônjuges também influencia no equilíbrio trabalho, família, lazer e conjugalidade. A presença ou a ausência de uma rede de suporte faz diferença na rotina dos casais. Alguns casais que podem contar com familiares assim relataram suas vivências:

> A maioria das vezes é vô e vó que paga assim, festa... ela fez cinco anos, eu tava parada [desempregada] e ela queria a festa da Minnie, aí meu pai foi lá e mandou fazer, então, assim, quando a gente se aperta nessas partes, pra elas não ficarem desguarnecidas, o vô e a vó entram em ação. (Adriana)
>
> Quando se fala em questão da criação dos filhos aí quer interferir, aí atrapalha às vezes, quer ajudar mas acaba atrapalhando. Mas quando ajuda... às vezes ajuda pegar na escola...aí ajuda muito. (Igor)

Já os casais que não podem contar com a ajuda de familiares, se sentem mais sobrecarregados:

> Acredito que a gente morar aqui...é muito pela falta pelo apoio, no sentido, que nem a gente fala, sair pra jantar só nós dois, uma vez no ano. Sair pra ir no cinema, uma vez no ano, que é quando ela [a sogra] vem, que é nosso aniversário de casamento, ela sempre pega uma folga do trabalho e vem pra ficar com o Enzo, aí a gente consegue fazer uma coisa só a gente. Isso é ruim, ser sozinho aqui. (Maria)
>
> A gente só sente falta pela distância e, às vezes, por não ter uma rede de suporte (...) a gente tem uns primos que são meio privilegiados assim, de ter vó, mãe, perto. A gente que tá longe, como que a gente iria ter esse suporte?! Às vezes não tem com quem deixar as crianças. (Jorge)
>
> A gente não tem uma rede de apoio, então é eu e ele, ele e eu. Eu não parei de trabalhar por conta do autismo do Gabriel em si, eu parei porque a gente precisa ficar levando ele pra lá e pra cá, é terapia, é escola, então como a gente não tem assim, um apoio, nada, então... a gente optou por eu ficar em casa, mas é cansativo. (Roberta)

Através das falas acima, fica ilustrada a importância de possuir uma rede de apoio no equilíbrio trabalho-família-lazer-conjugalidades.

7.6. Considerações parciais – Estudo 2

Diante das análises e da categorização dos dados apresentados acima, pudemos perceber a importância da adoção de uma leitura a partir de um pensamento complexo para os fenômenos. Por conta da articulação entre todas as falas e conteúdos trazidos pelos participantes, a categorização (ou seja, separação e agrupamento de informações e análises) se torna um desafio. Na primeira categoria, nomeada de Narrativas da Conjugalidade, os participantes demonstraram muitas similaridades ao definir o ideal de conjugalidade, sempre girando em torno de uma parceria, amizade e cooperação mútua. Ao serem perguntados, logo em seguida, sobre a realidade da relação deles e se esta correspondia aos ideais ditos anteriormente, se depararam com conflitos que envolviam a próxima categoria elencada "Divisão de responsabilidades", abarcando as tarefas domésticas, divisão de finanças, parentalidade, papéis de gênero e diferença salarial. A realidade de uma relação conjugal envolve combinados sobre tais pautas, como foi explanado ao longo deste trabalho.

Ficou evidente que a seguinte categoria, o Trabalho, traz grandes ressonâncias para a relação conjugal. Nessa categoria, abarcou-se o significado do trabalho e notou-se que para uns, o trabalho tem uma conotação de sobrevivência, e, para outros, como grande fonte de realização. Para uns, fator de risco, para outros, fator protetivo. Todos esses fatores ressoam na relação conjugal, já que o trabalho é uma importante parte da nossa identidade e pode promover autorrealização. Os

participantes mostraram que, ao vivenciar uma relação negativa com o trabalho, a conjugalidade é prejudicada, influenciando na satisfação conjugal.

Em seguida, na categoria Desemprego, os participantes evidenciaram, com suas vivências, que o desemprego não traz somente prejuízos à vida conjugal. Apesar do "estar desempregado" impactar a autoestima do sujeito de forma negativa e gerar um sentimento de inutilidade diante da sociedade, romper com um vínculo de trabalho que era prejudicial pode trazer calmaria para a vivência conjugal, e, nesse período, há muitas habilidades de cooperação e parceria que podem ser aprendidas pelo casal, como alguns dos nossos entrevistados relataram.

Na última categoria, nomeada "Equilíbrio, trabalho, família, lazer e conjugalidades", os participantes trouxeram algumas vivências que evidenciam que a relação com o trabalho pode ser fator protetivo do relacionamento conjugal, quando vivido de uma maneira autorrealizadora e, portanto, positiva. Já quando vivido como fator de risco, especialmente pela baixa percepção de qualidade de vida no trabalho, pode ressoar negativamente sobre o grande conjunto de contextos em que se insere o indivíduo, como a sua família, o lazer e o relacionamento conjugal. O papel da família também foi discutido enquanto sua importância como rede de apoio para os sujeitos.

Em suma, os contextos micro e macrossociais de inserção e vivência dos sujeitos participantes da pesquisa se entrelaçam de maneira evidente e tal processo se verifica por meio da relação de interdependência entre o vivido fora e o vivido dentro das conjugalidades. A complexidade da relação de conjugalidade se vê, portanto, ora protegida, ora em risco, em função ou pela contribuição do que o casal vivencia na esfera macrossocial, em especial, na relação com o trabalho e na vivência do desemprego, como comprovado pelas falas dos entrevistados e pela teoria apontada na revisão de literatura do presente trabalho.

8. Considerações finais

A presente pesquisa se dividiu em 2 estudos, como explanado no tópico dos objetivos.

O intitulado Estudo 1, implicou numa revisão de literatura, que buscou abarcar os entrelaçamentos entre o trabalho, o desemprego e as conjugalidades. Como vimos dimensões se influenciam mutuamente, pois constantemente o indivíduo escolhe o quanto de sua vida quer dedicar a cada uma dessas facetas, que dividem espaço na vida das pessoas. Não é possível fragmentar a subjetividade do ser humano, pois somos multiconstituídos e, por assim ser, somos continuamente influenciados por, dentre outras dimensões, o trabalho, o desemprego (ou seu risco constante) e nossas conjugalidades. No momento histórico atual, especialmente no mundo ocidental, o trabalho é uma dimensão muito importante para a construção do sujeito, proporcionando a ele algo individual e pessoal, algo que é responsável por sua autenticidade, autonomia e identidade, características que influenciam também na vivência de todas as relações interpessoais, inclusive as conjugalidades. Na visão de conjugalidade atual, dá-se importância para se ter espaço de crescimento pessoal, no qual se permite ter interesses individuais, e um desses interesses pode ser o trabalho, que além de um meio de subsistência, pode significar um espaço onde as pessoas podem colocar em ação características de suas identidades e sentirem autorrealização, oportunidades de desenvolvimento e maior integração social.

O papel que cada cônjuge exerce dentro dessa convivência sofre influência do trabalho, pois além de ser um espaço intersubjetivo e comunitário em que a autoestima e a autopercepção de cada um é importante, há questões financeiras envolvidas, bem como responsabilidades assumidas por cada um do par. Se o sujeito se vê destituído de seu emprego, as consequências pessoais (queda da autoestima, desvalorização

de si mesmo, invisibilidade social, sensação de inutilidade) podem impactar de forma negativa nas vivências de conjugalidades, pois sendo um projeto de vida compartilhado, muitas pressões podem ser enfrentadas por ambos, e o integrante desempregado pode repetir seus sentimentos de inutilidade e desvalorização dentro da relação.

O Estudo 1 buscou apresentar uma visão mais complexa do entrelaçamento dos fenômenos trabalho, desemprego e conjugalidades, e, para isso, foi preciso considerar sobre qual contexto político, cultural, histórico e social estamos nos referindo. Estamos nos referindo a um momento histórico em que o capitalismo está consolidado e o consumismo, que veio com ele, mudou a visão de mundo das pessoas. A mentalidade deixada pelo consumismo contém certa brevidade, ou seja, busca-se o que for mais conveniente para o momento atual, sem a preocupação de obter produtos, serviços ou até mesmo relações duradouras e longas. De uma forma mais filosófica, com isso, está inclusa a vinda do individualismo, no qual passa-se a pensar mais em benefícios próprios do que coletivos. Sendo que a vivência de conjugalidades representa uma esfera comunitária, os valores trazidos pelo capitalismo e a vivência de uma maior individualidade alteram a forma de se viver a relação conjugal, agora incluindo uma constante autoavaliação e negociação dos próprios desejos e dos desejos que são vividos em conjunto, em conjugalidade.

A diminuição da assimetria de gênero também é um contexto macrossocial que muito influencia qualquer uma das dimensões aqui estudadas, já que o trabalho foi grande ferramenta de emancipação feminina e mudou completamente o seu papel na relação conjugal, agora mais empoderada de direitos e espaço para posicionar-se, bem como fazer escolhas individuais.

Outro contexto macrossocial que atravessa a nossa discussão são as transformações culturais que permitiram a vinda da diversidade e novas configurações de relacionamento, tais como a permissão do casamento *gay*, pluralidades de identidades e orientações de gênero, novas configurações familiares, etc., quebrando paradigmas sobre os tradicionais padrões familiares que seguem a heteronormatividade.

Ao finalizar o Estudo 1, constatou-se uma lacuna deixada na literatura a respeito dos temas abordados, principalmente sobre os impactos psicológicos causados pelo desemprego e as repercussões destes no contexto conjugal. Não foi encontrado, da mesma forma, estudos que analisassem os objetos de estudo deste trabalho através do pensamento complexo, linha teórica que tem muito a contribuir na análise de tais fenômenos. Nota-se, portanto, uma escassez de interesse por parte dos pesquisadores na análise da articulação entre os aspectos subjetivos do desemprego e seus impactos na conjugalidade.

No estudo 2, de acordo com os objetivos estabelecidos para sua realização, foram coletados, por meio de entrevistas a casais, relatos de vivências muito importantes para ilustrar e enriquecer a discussão realizada no Estudo 1, bem como desenvolver mais discussões, agora a partir de dados coletados empiricamente. Foi possível perceber através dos dados coletados o quanto as três dimensões estudadas – trabalho, desemprego, conjugalidades – se entrelaçam e se inter-relacionam.

As falas e recortes trazidos pelos participantes foram ilustrações das teorias trazidas. As categorias estabelecidas foram: Narrativas da conjugalidade; Divisão de responsabilidades; Trabalho; Desemprego; Equilíbrio, trabalho, família, lazer e conjugalidades. Dentro de tais categorias, foi possível perceber que para alguns casais os fatores conjugalidade, trabalho e/ou desemprego estavam simbolizando

naquele momento um fator de risco, para outros, um fator protetivo. Além disso, o tema dos papéis de gênero foi frequentemente citado. Foi possível perceber que seria inviável e reducionista olhar para estes fenômenos separadamente, já que, quando uma dessas dimensões (trabalho, desemprego, conjugalidade) não vai bem, há ressonâncias nos outros.

Essa relação de interdependência entre trabalho/desemprego e conjugalidades, a qual nos parece suficientemente estabelecida não só como existente, mas como de fundamental importância para a consolidação de experiências conjugais realizadoras, remete-nos a preocupações que poderão se tornar objeto de futuras reflexões ou alvo de novas investigações. O cenário social e econômico está mudando com grande velocidade e as relações de conjugalidades também. Se a hoje verificada relação de interdependência entre trabalho/desemprego e conjugalidades é potente, podendo proteger ou colocar em risco os equilíbrios desejados pelas partes que compões os casais, novos estudos serão necessários no futuro para se compreender que ferramentas, recursos ou competências os casais desenvolveram para se tornarem menos vulneráveis a tais ressonâncias.

9. Referências

AEROSA, J. O mundo do trabalho em (re)análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. **Laboeral**, v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/laboreal/15504. Acesso em: 30 jul. 2021. https://doi.org/10.4000/laboreal.15504

AGUIAR, J.; MATIAS, M.; BARHAM, E. J.; FONTAINE, A. M. Efeitos do desemprego sobre o casal: uma revisão sistemática. **Revista interestitucional de psicologia**, v. 11, n. 1, p. 174-189, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v11n1/13.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021. https://doi.org/10.36298/gerais2019110201

ALMEIDA, E.; ROMAGNOLI, R. C. Conjugalidade: uma leitura a partir da noção de comunidade em Edith Stein. **Psicologia Teor. e Pesq**., v. 35, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/rNmhPfDNZpZKJ74ZWkr8R4L/?lang=pt. Acesso em: 30 jul. 2021. https://doi.org/10.1590/0102.3772e35429

ALVES-SILVA, J. D.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 32-50, jun. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000100004. Acesso em: 30 jul. 2021. http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.03

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. **Metodologias de pesquisa em ciências:** análises quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo:** a experiência vivida (v. 2)3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BELEI, R. A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; MATSUMOTO, P. H. V. R. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de educação**, v. 30, n. 1, p. 187-199, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1770. Acesso em: 30 jul. 2021.

BELIN, M. O. **História da homossexualidade no Brasil:** abusos, perseguições, repressões e o avanço do movimento LGBT+. . 2020. 21 p. TCC (Licenciatura em História) - Universidade do Sul de Santa Catarina, nãoinformado,2020. Disponível em: https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/12406. Acesso em: 3 fev. 2022.

BLANCH, J. M. Trabajar en la modernidad industrial. In: BLANCH, J. M. (Org.). **Teoría de las relaciones laborales:** fundamentos. Barcelona: UOC, p. 19-148, 2003
.

BORGES, C. C.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Liberdade e desejo de constituir família: percepções de jovens adultos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 66, n. 3, p. 89-103, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672014000300008. Acesso em: 30 jul. 2021.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In ZANELLI, J. C.; BASTOS-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BORIS, G. D. J. B. As Múltiplas facetas do poder nas relações conjugais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, pp. 487-490, 2012. https://doi.org/10.1590/S0102-718220120002000

CARBONI, M. A. **Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Empresarial III, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciuma, 2009.

CENCI, C. M. B.; PAULI, J. J.; FOLLE.; P. D. Conjugalidade negociada: elementos para compreensão do significado que casais atribuem ao dinheiro. **Actual. Psicol.**, v. 32, n. 124, p. 76-91, jun. 2018. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-35352018000100076. Acesso em: 30 jul. 2021. http://dx.doi.org/10.15517/ap.v32i124.28392

COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DINIZ, G. R. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento e família: uma reflexão sobre desafios da conjugalidade contemporânea. In T. C. VIANA, G. R. S. DINIZ, L. F. COSTA; V. ZANELLO (Orgs.). **Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea.** Brasília, DF: Liber Livros, 2012. p. 430- 447.

ERICSON, S. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 03, p. 707-719, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p707. Acesso em: 18 abr. 2022. https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p707.

ESTRADA, A. A. O pensamento complexo em Edgar Morin – considerações iniciais. **Revista Faz ciência**, v. 9, n. 10, dez. 2007, p. 65-74. Disponível em: http://erevista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewFile/7530/5565#:~:text=O%20pensamento%20complexo%20em%20Edgar%20Morin%3A%20considera%C3%A7%C3

%B5es%20iniciais&text=O%20p%C3%B3lo%20subjetivo%20%C3%A9%20%22..,178). Acesso em: 15 ago. 2021.

FEIJÓ, M. R. **Conflito família-trabalho**. In: SCHMIDT, M. L. G. *(org.)* Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias. São Paulo: FiloCzar, 2020.

FEIJÓ, M. R. **Gênero – Trabalho e Saúde**. In: SCHMIDT, M. L. G. *(org.)* Dicionário temático de saúde/doença mental no trabalho: principais conceitos e terminologias. São Paulo: FiloCzar, 2020.

FIDELIS, A.; MENDONÇA, H. Well-being of unemployed people relations with work values and time of unemployment. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 38, e190014, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/knqy4wN3GHhkdnRyw7qRWgJ/. Acesso em: 30 jul. 2021. https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e190014

FIGUEIREDO, M. G. de; DINIZ, G. R. S. Mulheres, casamento e carreira: um olhar sob a perspectiva sistêmica feminista. **Nova Perspectiva Sistemica**, v. 27, n. 60, pp. 100-119, 2018. https://doi.org/10.38034/nps.v27i60.393

FIGUEIROA, A. J.; REVECO, A. H. Percepción de equidad de género y equilibrio trabajo-familia en trabajadores pertenecientes a empresas públicas y privadas de Chile. Ciencias psicológicas, v. 14, n. 2, jul-dez, 2020. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S1688-42212020000210202&script=sci_arttext. Acesso em: 03 fev. 2022. https://doi.org/1022235/cp.vl4i2.2201

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVEZ, A. L.; CARAMASCHI, S.; FEIJÓ, M. R. Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: um estudo qualitativo. Pensando Famílias, v. 22, n. 1, jun., 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v22n1/v22n1a04.pdf. Acesso em: 03 fev. 2022.

GOULART, I. B. **Psicologia organizacional e do trabalho:** Teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

HELAL, D. H.; ROCHA, M. O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 1 p. 139-154, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100009. Acesso em: 18 abr. 2021. https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua mensal.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-poramostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30789&t=series-historicas. Acesso em: 29 jun. 2021.

LIPP, M. E. N.; PEREIRA, M. B.; SADIR, M. A.. Crenças irracionais como fontes internas de stress emocional. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 1, n. 1, p. 29-34, jun. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872005000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 fev. 2023.

LUCENA, M. M. Desalentados: o avanço do desemprego oculto e os esforços do governo do maranhão através dos programas mais emprego e mais empresas. In: **Desenvolvimento Regional, Processos, Políticas e Transformações Territoriais.** Santa Cruz do Sul, RS, 2019. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19315. Acesso em: 29 jun. 2021.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: o parceiro como instrumento de legitimação do "eu". In **Estados Gerais da Psicanálise:** Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro, 2003. p. 1-13.

MANDELBAUM, B.; RIBEIRO, M. **Desemprego:** uma abordagem psicossocial. São Paulo: Blucher, 2017.

MINAYO, M. C. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NARDI, H. C. Ética e trabalho: do código moral à reflexão ética no contexto das transformações contemporâneas. In BITENCOURT, C. **Gestão contemporânea de pessoas:** novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

NEVES, D. R. et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cad. EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, jun., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/ncWvqK58zG8PqZC5ZQCGz9x/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 fev. 2022. https://doi.org/10.1590/1679-395159388

PERLIN, G. D. B. **Casamentos contemporâneos:** um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/9274. Acesso em: 29 jun. 2021.

PIMENTA, A. C. Resenha: Introdução o ao pensamento complexo de Edgar Morin. **Revista Científica da FHO, Uniararas**, v. 1, n.2, 2013.

POCHMANN, M. Política de ajuste econômico e desemprego no Brasil metropolitano nos últimos 35 anos. In MACAMBIRA, J.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. (Orgs.). **Mercado de trabalho:** qualificação, emprego e políticas sociais. Fortaleza: IDT, 2016. p. 11-26.

RODRIGUES, V.; BOECKEL, M. Conjugalidade e homossexualidade: uma revisão sistemática de literatura. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 25, n. 55, p. 96-109, 2016. Disponível em: https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/138. Acesso em: 29 jun. 2021.

SAPIENZA, G.; PEDROMÔNICO, M. R. M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, ago 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/stYqQ6cvpzPJRdqFwRr8NtH/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. G. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175019, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/SKbBG7ZFbbjJLtmM4rN4cDs/abstract/?lang=pt. Acesso em: 29 jun. 2021. https://doi.org/10.1590/18094449201700500019

VANALLI, A. C. G. The balancing of paid work, marital relationships and parenting involvements among men and women with young children.. 2012. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5975. Acesso em 03 fev. 2022.

VIEIRA, Érico Douglas; STENGEL, Márcia. Os nós do individualismo e da conjugalidade na Pós-Modernidade. **Aletheia**, Canoas, n. 32, p. 147-160, ago. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942010000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 fev. 2022.

WALSH, F. Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In WALSH, F. **Processos Normativos da Família:** Diversidade e Complexidade. Porto Alegre: Artmed, 2016.

11. Anexos

Anexo 1 - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS BAURU - JÚLIO DE MESQUITA FILHO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Conjugalidades e trabalho: a participação da condição de inserção no mercado de trabalho e os impactos do desemprego na vivência de conjugalidades

Pesquisador: GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51615121.2.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.032.858

Apresentação do Projeto:

O projeto "Conjugalidades e trabalho: a participação da condição de inserção no mercado de trabalho e os impactos do desemprego na vivência de conjugalidades"

Objetivo da Pesquisa:

Em relação ao objetivo da pesquisa temos: Compreender as relações entre trabalho e conjugalidades, em especial a importância do emprego na relação de casais cujos cônjuges estão empregados e os impactos do desemprego em casais com um ou os dois cônjuges desempregados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios são apresentados de forma que os sujeitos participantes da pesquisa terão dados para a copreeensão do tempo e do levantamentos necessários à pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante atende às necessidades atuais do mundo do trabalho e da falta de trabalho - desemprego e do convívio conjugal, sendo assim será um estudo que trará respostas e orientações necessárias ao momento atual em meio ao período de isolamento social em decorrencia da pandemia decorrente do COVID-19.

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresenta, de modo detalhado, as características do estudo, de modo a esboçar uma preocupação com uma explicação adequada ao participante. São contemplados os itens exigidos pelas Resoluções 466/2012 e 510/2016, a saber: linguagem clara e detalhada sobre quais e como serão as ações de cada momento do estudo para os participantes; riscos, benefícios, confidencialidade, ressarcimentos, contatos dos pesquisadores e do Comitê de Ética envolvido.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto atendeu às exigências das Resoluções 466/2012 e 510/2016. Estando aprovado para suaexecução.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1819405.pdf	06/09/2021 09:46:17		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	06/09/2021 09:43:50	GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	06/09/2021 09:39:07	GIOVANNA BEATRIZ DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	06/09/2021 09:06:24	GIOVANNA BEATRIZ DOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

Continuação do Parecer: 5.032.858

BAURU, 11 de Outubro de 2021

Assinado por:
Maria do Carmo Monteiro Kobayashi
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

Anexo 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.

Conforme Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Título da pesquisa: Conjugalidades e trabalho: participação da condição de inserção no mercado de trabalho e os impactos do desemprego na vivência de conjugalidades

Orientador: Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo

Mestranda: Giovanna Beatriz dos Santos

Olá!

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Conjugalidades e trabalho: participação da condição de inserção no mercado de trabalho e os impactos do desemprego na vivência de conjugalidades", cujo objetivo é compreender as relações entre o mundo do trabalho, desemprego e conjugalidades, considerando suas dimensões históricas, sociológicas e psíquicas.

Você será entrevistado e responderá algumas perguntas realizadas pela psicóloga Giovanna Beatriz dos Santos e precisará de aproximadamente 60 minutos do seu tempo.

Comprometemo-nos com o sigilo em relação a sua identificação, dados de sua localização e dos dados obtidos através dos instrumentos de coletas. Isso significa que não será possível, depois de respondidos os instrumentos, saber sobre quem foram os autores das respostas, o que respeita de forma ampla seu direito de preservação de imagem, identidade e de livre expressão de opinião.

Os dados obtidos com esta pesquisa, depois de estudados e transformados em artigos científicos, poderão ser apresentados em eventos científicos (congressos, simpósios etc.) ou publicados em revistas científicas, contudo, e vale repetir, sempre

preservando o anonimato dos participantes; ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, você concordará com tal publicação de dados.

Sua participação é livre e voluntária, podendo você desistir da participação na pesquisa a qualquer momento, o que, aliás, não lhe trará prejuízo algum. Também é importante lhe informar que sua participação na pesquisa não implica no ganho de nenhum benefício ou vantagem material, nem tampouco lhe trará necessidade de gastos de recursos financeiros, sobretudo porque a coleta de dados será realizada em seu local de trabalho, onde, portanto, você já se encontrará no momento.

Dada a natureza da presente pesquisa e o conteúdo investigado, você poderá correr alguns riscos. Quais?

- Riscos relativos ao conteúdo coletado por meio dos instrumentos, no sentido de virem a se tornarem públicos, muito embora os pesquisadores responsáveis tomarão todo o cuidado para manter o sigilo em relação aos dados de identificação e localização dos participantes, posto que tais dados somente estarão presentes no TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (este documento aqui!!). Este documento é impresso em duas vias, e permanecerá sob os cuidados dos pesquisadores (primeira via) e de você (segunda via), ou seja, jamais com membros da organização ou qualquer outra pessoa;
- Risco da experimentação de desconforto psicológico ou de alteração no estado de humor devido às perguntas dos instrumentos, uma vez que podem mobilizar conteúdos emocionais considerados desagradáveis por você. Contudo, e para solucionar tal problema, caso apontado por você (agora ou futuramente), os responsáveis pela pesquisa procederão: acolhimento de sua demanda, estudo das condições em que se deu e do contexto de sua inserção (social, familiar, profissional,

etc.) e encaminhamento para o serviço de atenção mais adequado, sem ônus para você.

Em se tratando de benefícios, você poderá, a partir da participação nessa pesquisa, se apropriar de novos elementos para exercitar a reflexão e avaliação de suas condições de vida e trabalho, o que poderá concorrer para seu amadurecimento pessoal e profissional, além de colaborar para o processo de construção de novos saberes científicos, futuramente possíveis de serem socializados com a comunidade.

Agradecemos sua colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer necessários esclarecimentos no endereço, telefone e e-mail.

A seguir deixamos nossos dados de contato e localização, bem como do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru, para o caso de você desejar esclarecer alguma dúvida ou realizar algum comunicado sobre sua participação na pesquisa, manifestação de desejo de não participação ou ainda, alguma denúncia em relação a procedimentos que não lhe tenham sido adequados.

Pesquisador responsável:

Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo – Psicólogo – CRP 06/66641

Unesp – Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP, Telefone:

(14) 3103-9759 – E-mail: mario.camargo@unesp.br

Pesquisadora colaboradora:

Giovanna Beatriz dos Santos

Telefone: (14) 998859421 E-mail: giovanna.beatriz@unesp.br

Comitê de Ética em Pesquisa: **Vice-Coordenadora**: Profa. Dra. Maria do

Carmo Monteiro Kobayashi. Unesp – Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Bairro: Vargem Limpa, Bauru, SP, Fone: (14) 3103-9400, e-mail: cepesquisa@fc.unesp.br

Declaração:

Eu, _____,

portador(a) do CPF ou RG número _____,

aceito participar, livre e voluntariamente, da pesquisa acima descrita, concordando com os termos aqui expressos.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa:

_____

Data da assinatura deste termo: _____ / _____ / 2021.

Anexo 3 - Roteiro semiestruturado de entrevista

Conjugalidade:

- Há quanto tempo vocês se conhecem? Há quanto tempo vocês vivem essa relação de conjugalidade?
- Como vocês pensam que deve ser um relacionamento a dois, de casal, ou seja, uma conjugalidade? (Ideal)
- E como é a relação de conjugalidade de vocês? (Real)
- Como vocês separam o que é individual e o que é do relacionamento em termos de atividades? (Esportivas, de lazer, amizades, etc.)
- Como vocês se organizam em termos de responsabilidades domésticas, divisão de trabalhos? (Quem faz o quê)
- Como vocês se organizam em relação à vida financeira? (Divisão de contas, decisão de compra, etc.)
- Como são tomadas as decisões relativas ao planejamento financeiro? (Aquisições, investimento, viagem)
- Como vocês lidam com uma eventual situação de diferença salarial entre vocês? (Quem ganha mais e qual o impacto dessa diferença de ganho na relação de conjugalidade)
- Como seria pra vocês o enfrentamento da seguinte situação: a perda do emprego e/ou da renda por parte de um de vocês? (só G1)
- Como vocês se organizam em relação aos papéis de pai e mãe (parentalidade)? Há uma divisão de tarefas? (Em relação a cuidado, como dar banho, alimentação, levar para a escola, ajudar na tarefa escolar, e em relação a responsabilidades financeiras)
- Como é para vocês a vivência da sexualidade neste relacionamento? (Acham importante, qual o significado disso pro relacionamento?)

- Como vocês entendem os assuntos: poder, autoridade, igualdade, dentro do relacionamento de vocês?
- Como vocês entendem/sentem a importância e a participação das famílias de vocês nessa relação de conjugalidade? (Interferem positivamente/negativamente, ajudam/não ajudam/atrapalham, há conflitos?)
- Como vocês lidam com a questão de preconceitos relacionados à configuração da sua conjugalidade (homoafetividade)? (Já vivenciaram alguma forma de preconceito, sentem que traz alguma forma de prejuízo, ou não?)
- Vocês praticam alguma religião? Se sim, qual?

Relações de trabalho:

- Fale um pouco sobre sua relação com o trabalho, sua atividade profissional, sua rotina diária/semanal.
- Qual o significado e importância do trabalho para cada um de vocês?
- Na sua relação com o trabalho são vivenciados conflitos, há alguma insatisfação ou frustração importante de relatar?
- Sua relação com o trabalho contribui positivamente para a sua realização pessoal e também na sua conjugalidade? Como? Fale um pouco a respeito.
- Vocês se sentem satisfeitos com a vida no trabalho? *se já foi respondida, não reapresentar.
- Como a relação com o trabalho (vida profissional) interfere na relação de conjugalidade de vocês?
- Como fazem a conciliação das atividades do trabalho com as responsabilidades da casa, da família?

- Diante do tema equilíbrio trabalho-família, como vocês se avaliam? O que tem a dizer a respeito?

Desemprego:

- Por que você está desempregado? O que aconteceu?
- Há quanto tempo você está desempregado?
- Como está sendo, para você, a experiência do desemprego? (Isso lhe afeta emocionalmente? Isso muda algo na sua identidade?)
- O que mudou na relação de vocês durante a experiência do desemprego? (Como vocês foram afetados)
- A perda do emprego trouxe conflitos na relação de conjugalidade?
- A perda do emprego trouxe dificuldades na relação com os filhos?
- A imagem do seu companheiro que perdeu o emprego mudou pra você? (Admiração, individualidade, etc.) *se já foi respondida, não reapresentar.
- Como ficou a organização financeira de vocês após a perda do emprego?
- Você considera que a perda do emprego afetou a sua relação com outras pessoas? (Sua socialização, participação em outros grupos)
- Como vocês pensam em resolver essa questão do desemprego?

Anexo 4 - Comprovante de submissão de artigo à revista

Gmail

Giovanna Santos <giovannab1307@gmail.com>

Fwd: Artigo para avaliação/publicação

1 mensagem

Mario Lazaro Camargo <mario.camargo@unesp.br> 1 de abril de 2023 às 09:48
Para: Giovanna Beatriz Dos Santos <giovanna.beatriz@unesp.br>, Giovanna Santos <giovannab1307@gmail.com>

---------- Forwarded message ---------
De: **Mario Lazaro Camargo** <mario.camargo@unesp.br>
Date: sex, 24 de mar de 2023 16:22
Subject: Artigo para avaliação/publicação
To: <domusctf@terra.com.br>, <domus@domusterapia.com.br>, Giovanna Beatriz Dos Santos <giovanna.beatriz@unesp.br>, Marianne Ramos Feijó <marianne.r.feijo@unesp.br>, Mario Lazaro Camargo <mario.camargo@unesp.br>

Prezadas e prezados membros da Comissão e Conselho Editorial da Revista Pensando Famílias

Saudações cordiais!

Venho, por meio deste, submeter-lhes para avaliação e, quiçá, publicação, o manuscrito intitulado "**Entrelaçamentos entre trabalho, desemprego e conjugalidades na contemporaneidade**".

Trata-se de uma parte da dissertação (Estudo 1) de mestrado de **Giovanna Beatriz dos Santos**, orientada por mim - **Mário Lázaro Camargo** - e por **Marianne Ramos Feijó**, todos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Faculdade de Ciências da Unesp.

Colocamo-nos à disposição para eventuais correções ou alterações indicadas por vossos pareceristas ad hoc, posto que muito desejamos ver o referido manuscrito publicado nesta importante revista científica, que muito contribui para o campo da pesquisa com casais e famílias.

Sendo necessário, eis um endereço de referência e telefones para contato:

Unesp - Faculdade de Ciências - Câmpus de Bauru
Departamento de Psicologia
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa - Bauru/SP - CEP 17033-360
Telefones: (14) 3103-6087 / 99142-3543

Gratos pela atenção, solicitamos a gentileza da confirmação de recebimento e submissão de nosso manuscrito.

Fraterno abraço,

Prof. Dr. Mário Lázaro Camargo
Departamento de Psicologia
Vice-coordenação do Curso de Psicologia
Coordenação CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem
LaborPOT - Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho
Home Page: https://www.fc.unesp.br/#!/departamentos/psicologia/
E-mail: mario.camargo@unesp.br
Fone: (14) 3103-9759 - sala
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5738546925684617
ORCID: http://orcid.org/0000-0003-1802-2382

DEPARTAMENTO DE psicologia UNESP BAURU

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
UNESP BAURU
(14) 3103-6087
dpsi.fc@unesp.br

Faculdade de Ciências unesp

Artigo - Estudo 1 - para envio à Revista Pensando Famílias.docx
65K